

Et cetera

O superjuiz brasileiro
que pôs na ordem
Elon Musk **P.03**



**Crise na Volkswagen
expõe fraqueza
da economia alemã e
coloca União Europeia
sobre mais pressão**

Dossiê ■ P.4-5

**Governador do Banco
de Angola quer
estabilizar preços e
fazer chegar dinheiro
a quem produz**

Lusofonia ■ P.27

Diretor Interino Ricardo Santos Ferreira **Subdiretora** Lúgia Simões | **Preço** €3,50 (Cont.) | Sai às sextas | **N.º** 2267 | 13.09.2024



O Jornal Económico

Bancos exigem ao Fisco devolução de 146 milhões

Justiça ■ Num momento de dificuldade extrema, em 2011, com o país falido, o governo de Sócrates exigiu à banca o pagamento de uma contribuição extraordinária. Catorze anos depois o imposto continua a ser cobrado. Santander, Novobanco e BPI contestam a legalidade. Ações já seguiram para tribunal. **P.09**

**Governo
avalia travão
ao aumento
de comissões
no MB Way**

Dinheiro ■ Uma alteração no funcionamento desta aplicação ameaça tratar como transferências bancárias imediatas o que hoje é considerado pagamento entre cartões. A alteração traria mais custos para os utilizadores. **P.22**



**Pedro Reis
revela alvos:
Alemanha, EUA
Coreia, Japão
e países árabes**

Exclusivo ■ A estratégia do ministro da Economia já descolou: a prioridade é aumentar o investimento estrangeiro. Pedro Reis dedica uma semana por mês para reuniões com investidores e governos. China e Brasil também estão a mira. **P.06**



**Venda do Banco CTT
deve receber luz
verde de Centeno
já em outubro**

Banca ■ Dois anos depois do anúncio, Generali/Tranquilidade está a um passo de fechar o processo. **P.08**

**PS exige ao Governo
folga orçamental
adicional para acolher
propostas socialistas**

OE 2025 ■ P.20-21

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

**Novo aeródromo em Aveiro
ameaça base para eólicas no mar**

Energia ■ Expandir o porto pode criar mil postos de trabalho e gerar retorno até 375 milhões/ano **P.14-15**

BASF
We create chemistry

■ **Editorial** Ricardo Santos Ferreira

O problema do novo PGR não é de perfil, mas de processo

Lucília Gago despediu-se do público, na única entrevista dada durante todo o mandato. A seguir, compareceu perante os deputados, com uma audição na Assembleia da República, o que também foi uma estreia nos seis anos em funções, e daqui a um mês dirá adeus ao cargo de procuradora-geral da República. Não vai deixar saudades.

Lucília Gago já faz parte do passado e a questão que se coloca já não é o seu legado ou a realidade alternativa em que crê que a justiça se movimenta, a inexplicada campanha orquestrada contra o Ministério Público ou a responsabilização das defesas pelas fugas de informação, mas sim quem a vai substituir.

O Presidente da República já avisou que quer participar na escolha do próximo titular do órgão superior do Ministério Público com o primeiro-ministro, da mesma forma que o fez com o anterior, António Costa, o que resultou na nomeação de Gago, mas, depois do que aconteceu, é imperativo que seja muito mais do que uma decisão com base num perfil.

Chegados aqui, seria desejável que se revisitasse o processo de seleção, até para que a procuradoria-geral tenha uma maior legitimidade face a outros poderes constitucionais. Depois, que haja mecanismos que permitam a prestação de contas. É inadmissível que durante todo um mandato só uma vez a PGR tenha sido

ouvida pelos deputados.

Antes disso, quem for escolhido deveria sentar-se no Parlamento a explicar ao que vem, que prioridades tem definidas e porquê, que equipa

quer formar para trabalhar consigo no gabinete e quem vai escolher para vice-procurador e para procuradores-gerais distritais. Também como se relacionará com o Governo e com a Assembleia da República, até porque o decisor político contribui muito para o enquadramento da atividade, não só através da prerrogativa legislativa, mas também pela definição dos recursos disponíveis.

“O perfil do procurador-geral da República suscita na sociedade uma enorme expectativa, que, não raras vezes, o encara como único responsável pelos sucessos e insucessos do Ministério Público e mesmo da própria justiça”, afirmou Lucília Gago quando foi empossada, para defender que esse ónus não lhe devia ser imposto, “como se de uma figura providencial e messiânica se tratasse, mas antes a todos os órgãos e agentes do Ministério Público”. Mas não é isso que acontece e o que se espera do titular do cargo é, em primeiro lugar, que trace objetivos, que garanta a gestão dos recursos e, principalmente, que lidere. Por isso, a cabeça responde pelo corpo.

Assim, deve ser aproveitada a oportunidade para que, mais do que um perfil, se faça uma alteração processual que traga maior participação, e se criem condições para haver prestação de contas. São condições para trazer a Procuradoria-Geral da República de volta à mesma realidade em que os outros portugueses vivem.

Destaque da semana



A ministra da Justiça veio a público para dar respostas sobre a fuga de cinco reclusos do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus. Foi assertiva, deu informação pertinente e prometeu ação. Fez uma boa intervenção. Mas podia ser melhor, é uma positiva baixa. Deixou, ainda, perguntas por responder e falhou no tempo. O tempo da sociedade não é o da justiça, mesmo que muitos agentes do setor teimem que seja.

■ Rating da semana

D C- C+ B- B+ A- A+

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com

**Pedro Duarte**

Ministro da Presidência

A-

■ Quem vai viabilizar o OE? A inter-rogação dura há vários meses. Pedro Duarte aposta em encontro a “meio caminho” sobre IRC e IRS Jovem, mas PS insiste que só viabilizar sem estas medidas. Viabilizar e negociar são coisas distintas, mas a sua complementaridade é crucial neste processo. Tem razão quando diz que é um mau princípio dizer à partida que não se vai ceder em nada.

**Kamala Harris**

Candidata a presidente dos EUA

B-

■ No debate entre a vice-presidente dos EUA e o ex-presidente Donald Trump, a democrata venceu a disputa ao mostrar ser mais fiável em temas como a proteção da democracia. Já o republicano repetiu a receita de falar para a própria base e dividir o país. Kamala esteve bem na forma e na substância, não deixando de apontar os truques populistas do adversário. Resta agora saber se ganhar o duelo dá vitória nas eleições.

**Sundar Pichai**

CEO da Google

C-

■ O Tribunal de Justiça da UE negou o recurso da Goggle e confirmou a coima milionária de 2,4 mil milhões de euros por abuso de posição dominante. Ficaram provadas as práticas anticoncorrenciais, ao destacar os seus produtos, enquanto apresentava outros, semelhantes e da concorrência. É um golpe financeiro para a poderosa tecnológica que mostra que não está acima da lei.

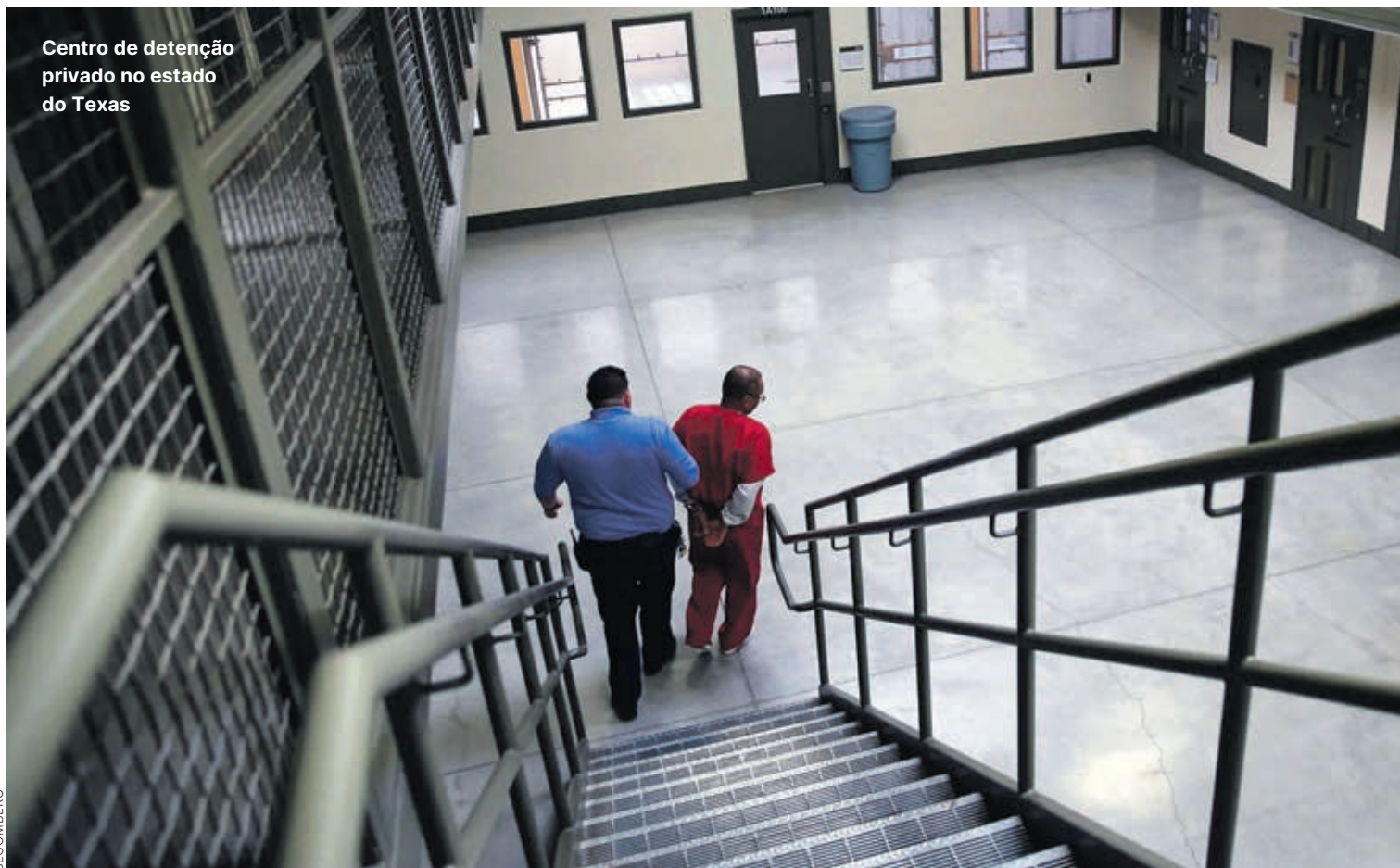
**Rui Abrunhosa Gonçalves**

Ex-Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

D

■ O seu pedido de demissão de não é surpreendente. Surgiu horas antes da ministra da Justiça falar sobre a fuga dos cinco reclusos do Vale de Judeus numa conferência em que nunca esteve prevista a presença deste responsável. Um sinal que poderia estar de saída, após ter desvalorizado a gravidade do incidente. Não foi “algo que correu mal”. Foi uma cadeia sucessiva de erros e falhas inaceitáveis.

Centro de detenção
privado no estado
do Texas



BLOOMBERG

Gestão das prisões foi posta em causa, mas privados continuam fora da solução

Justiça ■ Agentes políticos defendem que o Estado continue encarregue dos estabelecimentos prisionais em Portugal, embora admitam cenários de parceria público-privada nalguns casos.

**Ricardo Santos Ferreira
e Mariana Bandeira**
rsferreira@medianove.com

A fuga de cinco reclusos do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, há uma semana, chamou a atenção para a gestão das prisões em Portugal, que é pública, situação que os agentes políticos defendem que assim se mantenha, mas o próprio setor mantém a porta aberta aos privados, para o fornecimento de serviços, como noutros países da Europa.

Na União Europeia, a regra é para os serviços prisionais serem estatais, sem concessões aos privados, como acontece no Reino

Unido e, principalmente, nos Estados Unidos da América.

Portugal tem 49 prisões onde estão detidas 12.383 pessoas, que fazem com que o sistema esteja no limite da capacidade, e 3.978 guardas prisionais, segundo dados do Space I de 2023, o último relatório anual do Conselho da Europa com estatísticas penais.

O rácio de detidos por guarda prisional é de 3,1, inferior em sete décimas à média europeia, e menor do que o registado em países como França (3,9), Espanha (3,9), Reino Unido (4,1) ou Grécia (6,3). Também por isto, o secretário-geral da Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso, Vítor Ilharco, defende que existem guardas suficientes. Mas talvez

estejam mal distribuídos. Ao Jornal Económico (JE), o presidente do Sindicato dos Técnicos da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Miguel Gonçalves, defende que os guardas prisionais estejam afetos a serviços que podem ser tercirizados.

“Nos tribunais e nos centros de detenção [onde estão reclusos até aos 21 anos] o controlo de visitantes e do perímetro já é feito por segurança privada”, diz. “Não faz sentido que [nas penitenciárias] sejam os mesmos a controlar as admissões e, depois, os reclusos”, sublinha. Esta foi uma de 30 propostas entregues a 1 de julho pelo sindicato ao Ministério da Justiça para reformular a Direcção-Geral

de Reinserção e Serviços Prisionais. As propostas foram remetidas para o diretor-geral, que agora abandonou o cargo, depois da fuga de Vale de Judeus.

Esta é a porta aberta para a participação de privados no sistema prisional, a fornecer serviços, como é feito, por exemplo, em Espanha e em França, em que a gestão é assegurada por terceiros, incluindo serviços como a alimentação, limpeza ou controlo de visitantes. Se existe um exemplo de parceria público-privada em Portugal é Santa Cruz do Bispo, onde o Estado se aliou à Misericórdia do Porto. A função de segurança, essa continua a ser assegurada pelo Estado.

“A solução das prisões privadas é uma solução de segunda linha e preferiria que o sistema prisional continuasse a ser integralmente tratado, criado e gerido pelo Estado, porque entendo que é uma das áreas de soberania em que não se deve tocar”, diz ao JE o advogado Rogério Alves, presidente da Associação de Empresas de Segurança, ainda que admita a possibilidade de uma concessão “a uma entidade privada que cumprisse estritamente regras impostas pelo poder público”. Mas “o ideal era um Estado que cobrasse impostos, pagasse e gerisse, dentro dos seus poderes”, reforça.

O decisor político também não fala em privados, ainda que as questões relacionadas com o sistema prisional constem dos programas levados a votação nas últimas legislativas, focadas nas carreiras dos guardas prisionais e dos técnicos e, no caso do Chega, também na ampliação e construção de estabelecimentos. A criação de um mercado está fora de causa, mesmo para os liberais. “Não”, diz fonte oficial da IL. “Se há área em que o Estado tem de estar é na segurança”, afirma.

No Programa do atual Governo também não há referência à terciarização. Os objetivos definidos são o alargamento de programas específicos de intervenção nas áreas da saúde mental, das adições e da delinquência juvenil; a promoção de políticas de reforço da formação escolar e profissional dos reclusos; reforçar a prestação de trabalho a favor da comunidade como alternativa à reclusão; e promover a diferenciação e individualização da intervenção dos estabelecimentos prisionais. Também é um objetivo “reforçar e alargar as equipas de vigilância eletrónica”, o que já vai tarde, no caso de Vale de Judeus.

“Nos tribunais e nos centros de detenção [onde estão reclusos até aos 21 anos], o controlo de visitantes já é feito por segurança privada”, destaca dirigente sindical

Derrapagem da VW expõe modelo económico europeu

Alemanha ■ O setor automóvel serve de espelho a uma economia a dar mostras de arrefecimento: depois de anos de investimento em inovação, não conseguiu responder aos desafios da produção norte-americana e principalmente da chinesa. Com os europeus a serem induzidos a abandonar os carros, a recuperação é uma quimera sem 'road map'.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

O imprevisível aumento da fatura energética na indústria – patrocinado em exclusivo pela resposta alemã à invasão da Ucrânia por parte da Rússia – e o mais que previsível impacto da concorrência da produção do setor automóvel chinês, nomeadamente na área dos carros elétricos, fizeram a 'tempestade perfeita' que lançou a poderosa Volkswagen numa deriva que aponta perigosamente para o encerramento das suas operações. A primeira consequência foi o fecho de uma das unidades de produção da Alemanha, "o que não é necessariamente mau", refere o economista João Duque em declarações ao JE. A decisão "quer dizer que o problema foi detetado a tempo" e que a administração está a agir em conformidade. A alternativa era não fazer nada, empurrar o problema para a frente e mais tarde "encarar a possibilidade da falência", sentenciou João Duque.

Na prática, foram duas as primeiras medidas tomadas pela administração para fazer face à crise: promoveu uma 'dança de cadeiras' ao nível dos Chief Financial Officer (CFO); e colocará um fim, já para o ano e apenas nas fábricas germânicas, aos acordos salariais que estão vinculados a um pacto laboral com 30 anos e que deveria manter-se no ativo até 2029. As medidas visam "reduzir os custos na Alemanha para um nível com-

petitivo", afirmou o diretor de Recursos Humanos da Volkswagen, Gunnar Kilian, em comunicado. O JE tentou perceber as métricas que estão Christopher Hauss, diretor de Comunicação Corporativa, mas tal revelou-se impossível.

Os extremos à espreita

Os problemas financeiros da VW dão-se em paralelo ao crescimento do peso do partido de extrema-direita (que em tempos se disse nazi), o Alternativa para a Alemanha (AfD) – e, para os analistas, "uma coisa não pode ser separada da outra", como disse ao JE o embaixador Francisco Seixas da Costa. O fecho das fronteiras alemãs – ou mais propriamente o regresso do controlo fronteiriço – que João Duque divida que tenha "suporte legal" e ético no quadro da União Europeia, foi a resposta que um acossado chanceler Olaf Scholz decidiu avançar. Está claro que na



Olaf Scholz
Chanceler da Alemanha

Alemanha, como em toda a Europa (Portugal incluído), os estudos científicos que afirmam sem margem para dúvidas que a imigração não está a tirar empregos aos europeus e que, ao contrário, está a pagar a pensão dos mais idosos não conseguem vencer a perceção generalizada e errada de que se passa exatamente o contrário. Mas Scholz tinha que fazer alguma coisa e optou pelo mais fácil.

O momento, de qualquer modo, é difícil – com o 'motor da Europa' a dar mostras de forte cansaço: o Produto Interno Bruto (PIB) da Alemanha deverá manter-se praticamente estagnado nos 0,1% este ano e atingir um endémico crescimento de 1% em 2025. Isto depois de ter contraído 0,3% no final de 2023, segundo as contas da União Europeia. No segundo trimestre deste ano, o PIB da Alemanha caiu 0,1% em comparação com o trimestre anterior. A recessão técnica está às portas do terceiro trimestre. A produção industrial (sem construção) pesa 26,9% no PIB, estando em perda para o segmento dos serviços. O FMI estima que o défice orçamental federal foi de 2,4% do PIB em 2023 (2,1% em 2022) e que em 2024 será de 1,1% – a Comissão Europeia é mais conservadora: diz que será de 1,6%. O banco indica que a dívida pública está nos 65,9% do PIB e projeta para 2026 uma descida para os 59,9%.

No que diz respeito particularmente ao setor automóvel, a indústria alemã pesava (para dados de 2023), cerca de 5% do

PIB – com o pico de produção a ser registado no já longínquo ano de 2017, tendo caído desde então caiu mais de 25% (segundo a Capital Economics).

No limite, é possível que a decisão de Scholz seja penalizadora para a VW, que tem dez fábricas de montagem e de peças na Alemanha, onde estão 120 mil dos seus 684 mil trabalhadores em todo o mundo. Recorde-se que o grupo germânico detém cerca de um quarto do mercado europeu (e dez marcas, que incluem a Porsche, Audi, Lamborghini, SEAT, Skoda e Cupra), tendo registado um lucro operacional de 10,1 mil milhões de euros no primeiro semestre deste ano, menos 11% que no primeiro semestre do ano passado. As vendas foram de 158,8 mil milhões.

O drama é este: os europeus estão a comprar cerca de menos dois milhões de automóveis por ano face ao que faziam antes da pandemia em 2019, quando as vendas atingiram 15,7 milhões. Assegurando o grupo 25% do mercado, isso quer dizer que as marcas da VW vendem menos 500 mil automóveis que em 2019 – o que equivale a duas unidades industriais das 10 que existem na Alemanha, segundo comunicado da organização. A divisão de automóveis de passageiros da VW registou uma queda de 68% nos lucros no segundo trimestre e a sua margem de lucro foi de apenas 0,9%, contra 4% no primeiro trimestre. Para bom entendedor, isso quer dizer que há pelo menos outra fábrica que corre o risco de fechar.





O clássico motor de combustão já não faz girar a economia alemã e a europeia

REUTERS

José Couto: “Estamos preocupados com as consequências dos problemas no grupo alemão”

Portugal ■ É uma queixa antiga: a Autoeuropa incorpora pouca produção nacional nas suas linhas de montagem: são entre 300 a 400 milhões de euros face a uma indústria que produziu em 2023 15 mil milhões, refere o presidente da Associação de Fabricantes da Indústria Automóvel.

No ano de 2024, 22,5% dos 12,8 mil milhões de euros exportados pela indústria nacional de componentes automóveis (cerca de 2,9 mil milhões) tiveram como destino a Alemanha. A Associação de Fabricantes da Indús-

tria Automóvel (AFIA), responsável pelos números, não tem indicadores sobre o nome dos clientes – até porque só uma parte muito reduzida das mais de 350 é fornecedor TIER 1 (de primeira linha) e as empresas não revelam esses nomes – mas

o seu presidente, José Couto, disse que “estamos preocupados com as consequências dos problemas da VW, não só diretamente com a marca, mas também estamos na expectativa sobre o que pode acontecer com outras marcas”. E não só na Ale-

manha – dado que, como disse em declarações ao JE, “a concorrência chinesa acontece em relação a todas as marcas europeias”.

José Couto parece estar menos preocupado com as consequências diretas em solo nacional – ou, dito de outra forma, com o que poderá passar na Autoeuropa, o ‘braço armado’ da VW em Portugal. A empresa não esteve disponível para responder a questões sobre a matéria – o que, na atual conjuntura, se percebe: é à casa-mãe que cabe fornecer explicações aos stakeholders – mas José Couto afirmou que “não é provável que a Autoeuropa venha a ser considerada não-estratégica. Até porque, “está em cima da mesa a possibilidade de ser ali construída uma versão híbrida ou elétrica do modelo T-Cross”, um dos campeões de vendas da marca. Refira-se que a VW (todos os modelos) fechou o sexto lugar das vendas nacionais em 2023, com 11.220 unidades vendidas (mais 30,6% que em 2022).

Mas nem tudo são boas notícias no que tem a ver com a Autoeuropa: “há um ano, a AFIA chamou a atenção do governo para o baixo valor da incorporação nacional que se verificava ao nível das compras da unidade alemã em Portugal. O que mudou de então para cá foi o governo e não as compras da Autoeuropa: “vamos retomar o tema com o novo Ministério da Economia” – para denunciar uma situação que a AFIA não compreende: “só cerca de 300 a 400 milhões de euros” correspondem à incorporação nacional na Autoeuropa de uma indústria que em 2024 atingiu um volume de negócios agregado superior a 15 mil milhões de euros.

Genericamente, José Couto pergunta-se “como é que os chineses conseguem introduzir no mercado europeu automóveis com os níveis de preços com que se apresentam”. A ‘lenda’ é que o Estado chinês patrocina diretamente as indústrias exportadoras, “e há mesmo quem diga que assegura o pagamento dos direitos alfandegários”. De qualquer modo, disse ainda o presidente da AFIA, “não é com soluções arcaicas que se combate um problema novo: os efeitos elevatórios alfandegários não são a melhor forma de defender a indústria europeia. O processo de reindustrialização é fundamental para a Europa”, concluiu.

Mario Draghi, o bombeiro Italiano

■ O homem que enquanto governador do Banco Central Europeu salvou o euro e os países da União Europeia – enquanto a Comissão se entretinha com razões que o europeu comum desconhece – o italiano Mario Draghi, voltou ‘à carga’ com um novo plano de salvação. Que, entre outros importantíssimos elementos, confirma que a Europa precisa de mobilizar pelo menos 750 a 800 mil milhões de euros por ano para acompanhar o ritmo de concorrentes como os Estados Unidos e a China – sendo suposto gastar uma parte substancial dessa soma em investigação e desenvolvimento (I&D, que agora leva o nome de ‘inovação’).

As más notícias para o setor automóvel são preocupantes: nos últimos 30 anos, na Europa, a I&D foi liderada pelo setor automóvel – algo que, nos Estados Unidos, sucedia no virar do milénio, mas que a partir daí deixou de acontecer: o top 3 é agora ocupado por empresas tecnológicas. Sabe-se que a China fez basicamente o mesmo caminho. O problema é que, três décadas depois de investimentos maciços em I&D, o setor automóvel europeu não tem capacidade para concorrer com as marcas oriundas dessas geografias, nomeadamente a BYD chinesa e a Tesla norte-americana.

Alguma coisa falhou. “É necessária uma abordagem global que abranja todas as fases” da produção automóvel, desde a investigação e a exploração mineira até aos dados, ao fabrico e à reciclagem, diz o relatório Draghi. O economista João Duque faz a síntese do problema: “a BMW acaba de chamar milhares de automóveis às suas oficinas”, dando ideia de que a inovação está a ser processada “um bocado à pressa”. É mais um problema a acrescentar à falta de capacidade de concorrência: “talvez as propostas da indústria alemã esteja a perder valor” aos olhos dos consumidores.

Pedro Reis transforma atração de investimento no motor económico

Crescimento ■ O ministro da Economia definiu os principais mercados onde vai procurar atrair investidores para Portugal. A lista não é fechada, mas tem prioridades assumidas sem hesitações. Pedro Reis vai estar na estrada uma semana por mês.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

A experiência ganha por Pedro Reis na AICEP, a que presidiu entre dezembro de 2011 e abril de 2014, foi de tal maneira definidora do perfil político do ministro da Economia que sobravam poucas dúvidas sobre o rumo que iria dar a uma pasta historicamente minorizada face ao Ministério das Finanças. Em vez de ser mais um centro de custos no Governo, como tantos outros ministros, Pedro Reis pôs sobre a mesa do primeiro-ministro uma estratégia mais ousada e talvez mais rentável para o país: tornar-se um centro de receita, isto é, colocar a atração de investimento estrangeiro no centro das operações. “Estou convencido de que esta é mesmo a peça mais importante que ainda falta pôr a funcionar plenamente na economia portuguesa”, diz ao *Jornal Económico*.

Não se trata de desvalorizar os restantes dossiês, sublinha o ministro, mas de concentrar uma parte relevante da sua energia nos contactos internacionais com governos e investidores. “Naturalmente, temos de ultrapassar a fase em que nos encontramos. Temos de resolver a questão do Orçamento do Estado, temos de conseguir estabilidade política, temos de pôr em dia os pagamentos do PRR e do Portugal 2030, sem esquecer a dinamização da Concertação Social. Mas esta quadro é apenas o nosso ponto de partida. O salto quântico vem a seguir”, afirma.

Os olhos de Pedro Reis estão postos num mapa do mundo e nos relatórios internacionais que ajudam a converter as diferentes geografias em oportunidades de negócio. “O investimento externo é um motor fundamental, porque é uma poderosa roldana que



O ministro da Economia, Pedro Reis, com Ho Iat Seng, chefe do Executivo de Macau

faz mexer as exportações, a qualificação das pessoas e até a nossa economia interna”, diz. Fortalecer a presença do capital estrangeiro em Portugal significa dar condições aos que já aqui estão para que possam expandir-se, mas também trazer novas empresas. Este trabalho será feita em parceria com a AICEP, liderada por Pedro Arroja, embora não haja sobreposição: o ministro desbrava o terreno, faz os contactos

institucionais que dão o pontapé de saída e a AICEP leva a carta a Garcia organizando visitas e missões em território nacional ou fora.

Desde que agarrou a pasta, o ministro já foi a Angola, China e Macau, Espanha e Catar. Este mês irá à Alemanha, onde terá reuniões com o ministro da Economia, mas também com os CEO e accionistas de grandes empresas, fundos de investimento, sem

esquecer as poderosas companhias de origem e controlo familiar que formam a espinha dorsal da economia alemã. “O processo é idêntico; além dos contactos políticos, tenho sempre uma agenda recheada de reuniões com investidores e empresários. É neste troca de informação que passamos da teoria à prática”, explica.

Todos os meses, pelo menos os uma semana do ministro será

As áreas e as jóias

■ **Verde** Tudo o que tem a ver com mobilidade, renováveis, descarbonização e florestas tem, segundo Pedro Reis, um forte poder de atração de capital estrangeiro.

■ **Azul** O mar, obviamente, faz parte do cardápio português: shipping, tudo o que tem a ver com a bio-economia e a indústria são pontos fortes. “Queremos ter mais indústria.”

■ **Serviços partilhados e etc** A ambição é ter mais centros de investigação, mais data-centers e tecnologia, além de desenvolver melhor a área imobiliária e o que está à volta.

absorvida por esta dinâmica comercial internacional. Os alvos estão escolhidos, embora não seja uma lista fechada. Além da Alemanha, França e Reino Unido, o investimento americano está no topo da agenda ao lado da Coreia do Sul, Japão e dos países árabes, como o Catar, Arábia Saudita e os Emirados. “Estes países têm grandes carteiras de investimento, estão a diversificar e nós temos boas oportunidades. Não temos uma lista de destinos fechada. Seria um disparate. Brasil e China são inevitáveis... e nós temos uma estrutura que tem de ter esta flexibilidade. Dito isto, convém estabelecer prioridades”, diz Pedro Reis.

O ministro tem noção de que não está a inventar a roda e que o êxito da operação depende de vários factores internos e externos. “Seja como for, vamos a jogo. Vamos competir e ver os resultados. Vai demorar tempo, mas 2025 será seguramente o ponto de partida”, conclui.

Quando procuras
energia limpa e acessível,
ele está aqui

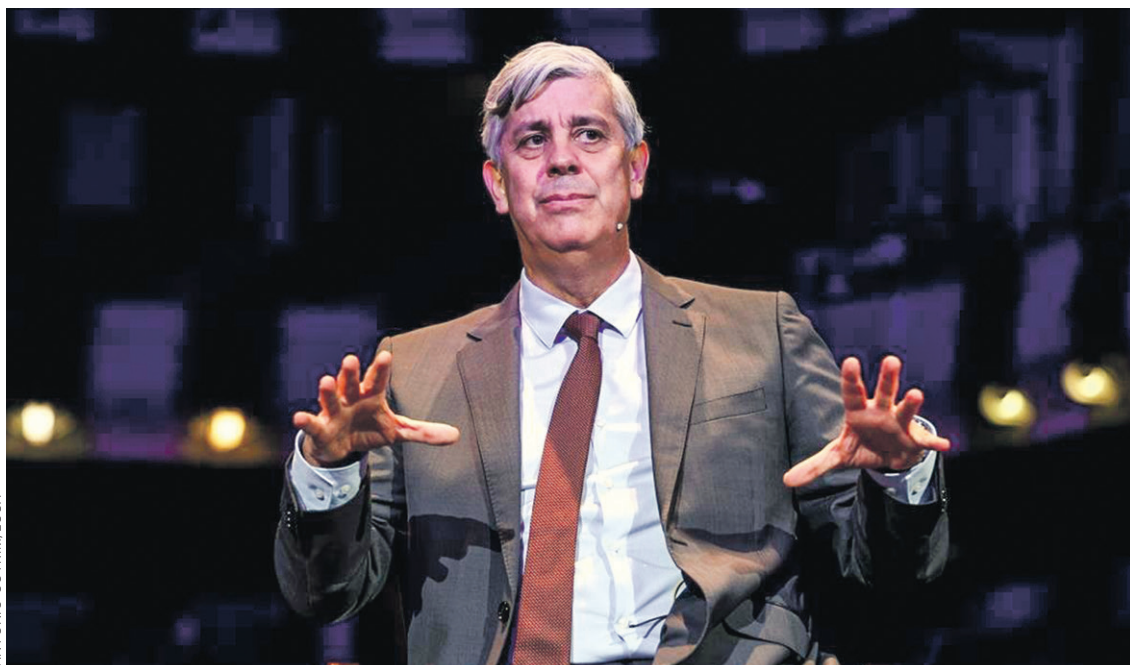
Acredita no Sol

Na EDP, acreditamos que escolher a Terra implica olhar para o Sol em busca de soluções de energia renovável. E estamos empenhados em fazer chegar a energia solar a todos, em todo o lado.

**Porque quando escolhemos o Sol,
escolhemos o melhor para todos.**



Nós escolhemos a Terra



Mário Centeno, governador do Banco de Portugal

Venda do Banco CTT vai receber luz verde de Centeno em outubro

Banca ■ Após o fim do acordo de venda do Atlântico Europa, o supervisor da banca está agora focado na avaliação da venda do Banco CTT à Generali Tranquilidade. Segundo as nossas fontes a luz verde chegará em Outubro.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Avaliação da entrada da Generali/Tranquilidade no capital do Banco CTT está na fase final e deverá haver luz verde do regulador no próximo mês de outubro, apurou o Jornal Económico. Ou seja, cerca de dois anos depois do anúncio feito pela seguradora liderada por Pedro Carvalho.

Recorde-se que a 7 de novembro de 2022, foi anunciado que o grupo segurador italiano Generali, dono da Tranquilidade, ia comprar uma participação de 8,71% do Banco CTT através de um aumento de capital de 25 milhões de euros.

Entretanto, em maio deste ano, numa entrevista à Bloomberg, presidente executivo dos CTT, João Bento, admitiu que o grupo poderia decidir vender a totali-

dade do Banco CTT, apesar de preferir manter uma minoria do capital da instituição que fundou em 2015. “Estamos a considerar todas as possibilidades, até vender a totalidade do banco. A minha preferência seria nós mantermos uma posição minoritária no banco, visto que irá operar na nossa rede de lojas”, disse João Bento, citado pela agência, que apontava para um valor contabilístico do Banco CTT no final de 2023 nos 270 milhões.

Outros processos de venda para a avaliar no BdP

A venda de uma participação qualificada no Banco CTT é o processo mais desenvolvido entre outros que estão em análise pelo Banco de Portugal, sabe o JE. A compra do Banco Português de Gestão (BPG) pelos chineses da Vcredit Holdings Limited continua a aguardar o envio de informação por parte

dos chineses ao supervisor.

Em 5 de maio de 2023, a Fundação Oriente assinou um acordo de venda de 98,87% do BPG aos chineses da Vcredit Holdings. Mas, como é habitual, está sujeito à autorização do supervisor bancário e o processo tem estado pendente à espera de informação adicional para desencadear o pedido de autorização, que tarda em chegar.

O mercado teme que aconteça o mesmo que ao Atlântico Europa que ao fim de quase cinco anos de relacionamento com as autoridades supervisoras do sector financeiro – Banco Central Europeu e Banco de Portugal – os interessados em comprar o Atlântico Europa, os chineses de Hong Kong, Well Link Group, não conseguiram cumprir as condições impostas para a aquisição, o que levou os acionistas vendedores a dar por terminado o acordo de compra.

Banco de Portugal não recebeu pedido da Rauva para comprar BEM ao Montepio

Fintech ■ Remonta a 8 de setembro de 2023 a assinatura de um acordo por parte do Banco Montepio de venda do BEM à Rauva. Mas processo ainda não chegou ao Banco de Portugal.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

O pedido da empresa Rauva para comprar o Banco Empresas Montepio (BEM) por cerca de 30 a 35 milhões de euros, ainda não deu entrada no supervisor bancário para a necessária avaliação e autorização, apurou o Jornal Económico.

Isto apesar de o acordo de compra ter sido oficialmente assinado e anunciado quer pela fintech, quer pelo Banco Montepio. A notícia surpreende porque passou um ano desde a assinatura do acordo e até agora todas as notícias apontavam para que o processo já tivesse sido remetido para o Banco de Portugal. Tal como está estipulado na lei, é o Banco Central Europeu (BCE) quem toma a decisão sobre a compra de participações qualificadas em bancos da zona euro, mas fá-lo não só com base na avaliação da proposta de aquisição, mas também com base no projeto de decisão do Banco de Portugal.

Contactado o Banco Montepio que assinou o acordo de venda da licença bancária do seu Banco de Empresas Montepio (BEM) em 2023, mostrou-se surpreendido, mas respondeu que cabe à Rauva

remeter o pedido de aquisição aos reguladores.

Até agora o processo de aquisição do BEM (Montepio Investimento) ao Montepio era tido como mais um processo pendente para avaliação no Banco de Portugal. Só que não está lá. Questionada se remeteu o processo para o BdP, a Rauva diz que “tem estado, e continua, empenhada na conclusão da transação com sucesso, mantendo interações frequentes com os reguladores e respondendo às questões que são normais em processos desta natureza”, disse a empresa liderada por Jon Fath.

O acordo de venda do Montepio Investimento (BEM) à fintech Rauva remonta a 8 de setembro de 2023. O Banco Montepio acordou a venda da licença bancária do BEM e acordou ficar com os ativos e passivos.

A Rauva quer ter uma licença bancária para poder dar crédito e receber depósitos, o que o seu CEO considera ser uma grande vantagem pois os seus concorrentes que oferecem “o mesmo tipo de produtos não têm licença bancária” e os bancos tradicionais “não têm a tecnologia e as soluções que a Rauva tem para os empreendedores”. Segundo declarações públicas de Jon Fath.

Outra operação de venda que poderá entrar no BdP, é a do BNI Europa. O grupo angolano já desencadeou a quarta tentativa de venda depois de falhado o negócio com o Banco Master. O banco português de capitais angolanos revela, no relatório e contas de 2023, que o novo processo de alienação captou o “interesse e procura de diversas entidades que se enquadram nos perfis pretendidos e requeridos para o efeito” e salienta que está “confiante no sucesso das diligências em curso”.

O processo está na fase de escolha do comprador, e por isso ainda não está para análise no Banco de Portugal. Fontes do mercado revelaram que havia interesse do BRB Brasil, mas até ao momento não há confirmação desse interesse.



Jon Fath
CEO da Rauva

Bancos impugnam a Contribuição Extraordinária e pedem ao fisco 146 milhões de euros

Banca ■ Três dos maiores bancos privados puseram ações de impugnação contra a Autoridade Tributária por causa da Contribuição Extraordinária que são obrigados a pagar todos os anos desde que foi criada em 2011, apesar de “extraordinária”.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Não foi só o Novobanco que impugnou a Contribuição Extraordinária que todos os anos os bancos são obrigados a pagar desde que foi criada em 2011. Também o Santander e o BPI estão a impugnar o pagamento da Contribuição Extraordinária junto dos tribunais tributários.

Ao todo, o fisco está ser impugnado, pelo menos, em 146,2 milhões de euros por três dos maiores bancos privados. Pois, às duas ações que o Novobanco interpôs junto do Tribunal Tributário de Lisboa, publicadas no passado dia 13 de agosto, em que contesta a contribuição extraordinária paga ao fisco em 2022 e 2023, de 28,3 milhões e de 29,2 milhões de euros, respetivamente (e que o Jornal Económico noticiou na semana passada) juntam-se as ações do Santander e BPI contra o fisco.

Segundo os processos publicados no Citius, o Santander Totta avançou em 2022, com uma ação de impugnação da contribuição extraordinária de 2020 e 2021, de 58,8 milhões (publicada no passado dia 4 de setembro), no Tribunal Tributário de Lisboa. Estão ainda publicadas no Citius outras ações do Santander Totta de impugnação contra a Autoridade Tributária, e cujas datas de entrada vão desde 2016 até 2023. Todas distribuídas este mês, mas que não foi possível clarificar se estariam também re-

lacionadas com a contribuição extraordinária. O Santander reclama 9,6 milhões em 2016; 1,4 milhões em 2017; 8,2 milhões de euros em 2020; 1,3 milhões em 2022 e 1,12 milhões em 2023. Ao todo somam 21,6 milhões.

Por sua vez o BPI está a reclamar junto do Tribunal Tributário do Porto, 29,9 milhões de euros pagos em contribuição extraordinária. Há ainda uma segunda ação de impugnação que entrou a 2 de agosto, no valor de 3,8 milhões, que não foi possível confirmar se estaria relacionada com a contribuição extraordinária. O BPI confirmou ao JE que está a contestar aquele imposto que deixou de ser “extraordinário”. O Santander não comenta.

As ações são processos de impugnação da taxa cobrada.

Os bancos estão desde 2011 a pagar uma contribuição que foi criada com cariz extraordinário, mas que se renova em todos os Orçamentos do Estado, e têm-na contestado em tribunal. O valor da contribuição sobre o setor bancário resulta da aplicação de uma taxa de 0,110% sobre os valores dos elementos dos passivos dos bancos abrangidos, acrescida da aplicação de uma taxa de 0,00030% sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço desses bancos.

A contribuição sobre o setor bancário atingiu um valor recorde de 255,1 milhões em 2023, segundo os dados provisórios sobre as estatísticas das receitas fiscais divulgados pelo INE, num ano em que os



Pedro Castro e Almeida (CEO do Santander Totta) e João Pedro Oliveira e Costa (CEO do BPI)

Quem contesta o Fisco?

■ **Santander** avançou com ação de impugnação de 58,8 milhões publicada a 4 de setembro.

■ **Novobanco** avançou com duas ações de impugnação da contribuição extraordinária paga ao fisco em 2022 e 2023 de 28,3 milhões e 29,9 milhões.

■ **BPI** impugnou no TT do Porto a contribuição extraordinária de 29,9 milhões de euros. Há ainda uma segunda ação de impugnação da ATT no valor de 3,77 milhões.

cinco maiores bancos em Portugal aumentaram os lucros 72,5% face a 2022, para 4,4 mil milhões de euros.

Esta contribuição sobre a banca foi criada pela lei do Orçamento do Estado de 2011, tendo, entretanto, sofrido alterações, e foi sucessivamente prorrogada pelos OE seguintes. Este imposto tem como finalidade financiar o Fundo de Resolução nacional. Os recursos desta entidade liderada por Luís Máximo dos Santos provêm, essencialmente, das receitas da contribuição sobre o setor bancário, das contribuições iniciais e periódicas entregues pelas instituições participantes, bem como dos rendimentos da aplicação de recursos.

A contestação judicial desta taxa pelos bancos não surpreende. A Associação Portuguesa de Bancos (APB) chegou mesmo a anunciar no início deste ano que iria pedir ao atual governo o fim das contribuições extraordinárias pagas pelos bancos. O presidente da APB, Vítor Bento, tem vindo a lembrar que a contribuição extraordinária cria uma distorção do mercado porque gera uma desvantagem dos bancos que estão localizados em Portugal, por comparação com os que não estando em Portugal operam no país. Vítor Bento também contesta o Adicional de Solidariedade, criado em 2020 que continua a ser cobrado aos bancos e que já foi considerado inconstitucional.

Viver o ‘portuguese dream’ no Algarve, Cascais e Comporta

Imobiliário ■ Americanos procuram cada vez mais casas ‘premium’. Roteiro do luxo ‘yankee’ em terras lusas passa, essencialmente, por três regiões. Preços de casas de luxo no Algarve já dispararam com o aumento da procura. Dólar forte é crucial.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

“A valorização do dólar tem impulsionado a compra por parte destes clientes que valorizam a proximidade aos EUA (o mais próximo para quem procura um destino europeu), a segurança, o sistema nacional de saúde gratuito e acima de tudo a qualidade de vida”. É assim que Sofia Baptista, diretora da consultora imobiliária de luxo A Quintela e Penalva | Knight Frank, descreve a vaga de clientes yankees que têm chegado ao país nos últimos anos.

Desde 2021 que a consultora registou um aumento de 20% nos clientes norte-americanos “centrado essencialmente em Lisboa e Cascais, Porto, Algarve e mais recentemente a Comporta”.

E o que procuram? “No segmento mais ‘prime’ a Quinta da Marinha em Cascais e o eixo Comporta Melides” são as localizações favoritas. Mas também “propriedades perto das cidades e com acessos facilitados”. Nas cidades, “procuram propriedades em zonas centrais onde possam fazer a sua vida a pé ou de bicicleta”.

“A decisão de escolherem Por-

tugal para viver tem maioritariamente a ver com o estilo de vida que o nosso país oferece. Os clientes norte-americanos privilegiam a localização, o conforto e a segurança”, acrescenta a diretora.

Sobre o seu perfil, diz que “são clientes bastante pragmáticos e muito decididos” e “exigentes”.

Os americanos já estão no pódio dos maiores mercados de turistas para Portugal. Este ano dispararam no ranking e passaram para a terceira posição, com 2,8 milhões de turistas até julho. Ficam apenas atrás do Reino Unido (5,8 milhões) e da Alemanha (3,5 milhões), Espanha segue perto, mas fica abaixo. Em 2022, eram apenas 1,7 milhões de turistas entre janeiro e julho.

Olhando para o total dos dois anos anteriores, os números também dispararam: 3,5 milhões em 2022 e 4,6 milhões em 2023.

Em termos de ranking, os norte-americanos ancoraram na quinta posição em 2022 e 2023. No ano passado, ficaram apenas atrás do Reino Unido (9,9 milhões), Alemanha (6 milhões), Espanha (5,4 milhões), França (4,6 milhões) e à frente do Brasil (2,5 milhões).

No resort de 5 estrelas Viceroy at Ombria, em Loulé, Algarve, os americanos também estão a aumentar a sua presença, com



BSDFSDFSDFSD

Casas de luxo no Algarve dispararam 30% com americanos, com destaque para a Quinta do Lago e Vale do Lobo. Mais acima, procuram a Quinta da Marinha e a Comporta.

mais investimento.

“Cerca de 20% de aumento [de vendas], em relação ao mesmo período do ano passado (Janeiro a Setembro)”, disse ao JE João Richard Costa responsável desta unidade.

“Procuram sobretudo apartamentos e moradias com design/arquitetura tradicional mas layouts interiores modernos (por exemplo cozinhas abertas para a sala), de preferência com serviços integrados de gestão e manutenção”, acrescenta.

O gestor salienta que a “localização privilegiada no Algarve, uma das regiões mais cobiçadas da Europa, reforça ainda mais o apelo do resort, tanto para turistas como para investidores, especialmente aqueles que procuram oportunidades de investimento em destinos de luxo sustentáveis”.

Raio-X

■ **20%** Consultora imobiliária de luxo A Quintela e Penalva | Knight Frank registou um aumento de 20% nos clientes americanos desde 2021

■ **Localizações** Lisboa e Cascais, Porto, Algarve e mais recentemente a Comporta são os locais favoritos para comprar casa.

■ **Disparo** Preços das casas de luxo no Algarve dispararam mais de 30% em 2023. Os preços médios subiram de 3 milhões para 3,5 milhões, segundo a Savills citada pela “Bloomberg”. Quinta do Lago e Vale do Lobo são as localizações mais procuradas.

Setor do lítio com investimentos de mais de 4,6 mil milhões em Portugal

Minas ■ Mario Draghi convocou o setor do lítio português para participar ativamente na recuperação da economia europeia. É preciso acelerar no lítio, mas falta tudo o resto: financiamento e licenciamentos. Portugal tem as maiores reservas da Europa e as nonas maiores a nível mundial.



Portugal conta com cinco grandes projetos da fileira do lítio nos distrito de Vila Real, Aveiro e Setúbal.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

É uma pipa de massa. O setor do lítio tem previstos investimentos acima dos 4.600 milhões de euros nos próximos anos em Portugal.

Nos cinco projetos em curso, a mina da Savannah em Boticas prevê um total de 390 milhões de euros; a mina da Lusorecursos em Montalegre estima 650 milhões de euros; a refinaria Aurora (Galp/Northvolt) em Setúbal tem um investimento previsto de 1.100 milhões de euros; na fábrica de

baterias dos chineses da CALB em Sines, os investimentos atingem dois mil milhões de euros; a Lifthium tem projetada uma refinaria para Estarreja no valor de 500 milhões.

“Há uma janela de oportunidade aberta a partir de agora, quer haja interesse e inteligência para aproveitar”, disse ao JE Rui Pena dos Reis, especialista em geologia sobre o plano Draghi, que pede o aceleração da aposta no sector do lítio. “Na Europa, Portugal tem a reputação e o crédito de ter reservas. É uma questão bastante conhecida. Não é por

acaso que Draghi faz referência ao país”.

O investigador da Universidade de Coimbra destaca que uma das questões cruciais no sector é a necessidade de capital. “É preciso abertura para financiar projetos: Portugal tem uma tradição mineira enorme, no séc. XX. Isto não é uma Disneylândia, é necessário criar riqueza. Isto é válido para o lítio e outros recursos”.

Por sua vez, a empresa que detém a concessão da mina do Romano em Montalegre, Vila Real, também aplaude o roteiro de “Super” Mario. “Este plano é importante

para dar força à indústria mineira, e é mais uma ajuda para reindustrializar a Europa. É importante também para pensarmos mais a jusante, na cadeia de valor”, começou por dizer ao JE Ricardo Pinheiro, administrador da Lusorecursos. “Isto é um aviso à navegação: é preciso acelerar os licenciamentos, mas também não podemos acelerar muito, sem ter atenção aos impactos ambientais. Os promotores têm de ter projetos com respeito social e ambiental”, afirmou.

Já a companhia que detém a concessão da mina do Barroso, em Boticas, Vila Real, diz que as “matérias-primas críticas são absolutamente essenciais para a soberania económica e geopolítica, e para a capacidade da Europa continuar a singrar. O nosso projeto ajuda a que isso possa acontecer, para que se possa entregar a transformação europeia e que Portugal aproveite para se reindustrializar”, afirmou Emanuel Proença, CEO da britânica Savannah, durante a conferência Eco/Energy 2024 que teve lugar na quinta-feira.

A companhia disse estar em conversações com o seu acionista AMG Critical Material para construir uma refinaria em Portugal. “Estamos em discussão com eles para uma das próximas refinarias vir para Portugal”, afirmou Emanuel Proença.

Portugal conta com a maior reserva de lítio da Europa (está disponível para ser explorada), com 60 mil toneladas, sendo a nona maior a nível mundial. O país também é o sétimo maior produtor entre os oito países que mais produzem lítio no mundo, mas o minério extraído destina-se essencialmente às indústrias cerâmica e vidreira.

A secretária de Estado da Energia, por sua vez, comentou: “O lítio interessa muito à Europa por causa da indústria automóvel, mas toda a transição energética necessita de matérias-primas críticas estratégicas em grandes quantidades, como o cobre, que é fundamental. A estratégia passa por ter garantir a segurança do abastecimento e a redução da pegada ambiental dessas matérias-primas”, afirmou Maria João Pereira em declarações aos jornalistas na quinta-feira.

Já a Lifthium Energy, da Boddal, prepara a abertura de duas refinarias de lítio, uma em Estarreja, distrito de Aveiro, e outra na Cantábria, Espanha, num valor total de mil milhões de euros, com o objetivo de, a primeira refinaria, entrar em operação em 2027.

Raio-X

■ **Reservas** Portugal conta com a maior reserva de lítio da Europa, com 60 mil toneladas, e a nona maior a nível mundial

■ **Projetos** Os cinco projetos em curso (as minas em Boticas e Montalegre, as refinarias em Setúbal e Estarreja e uma fábrica de baterias em Sines) implicam investimentos acima de 4,6 mil milhões de euros

Preços dinâmicos nos concertos vieram para ficar, é o pior da nova economia

Entretenimento ■ Os preços dinâmicos nos bilhetes para os concertos dos Oasis enraivecaram os fãs, que chegaram a pagar quase o triplo do valor - em vez de 160 euros pagaram 420. Legislação portuguesa não permite a flexibilização dos preços, que Álvaro Covões, da Everything is New, considera ser o modelo correto

João G. Oliveira
joliveira@medianove.com

O recente anúncio do regresso dos Oasis, mais de 15 anos depois do último concerto da banda, motivou uma corrida aos bilhetes para os 19 espetáculos agendados para o próximo ano, que entretanto esgotaram. Mas nem tudo foram boas notícias para os milhares de fãs, ávidos por garantir um bilhete. Depois de várias horas numa fila de espera virtual, muitos foram confrontados com preços bastante mais altos do que aqueles que foram anunciados. De acordo com o *The Guardian*, bilhetes que cus-

tavam originalmente 135 libras (cerca de 160 euros) quase triplicaram o preço e acabaram por ser vendidos por 355 libras (perto de 420 euros).

Os fãs dos Oasis usaram as redes sociais para demonstrar o desagrado e indignação com os preços dos bilhetes, tendo como alvos a banda britânica e a Ticketmaster, empresa responsável pela promoção e bilhética. A razão por detrás desta inflação de preços chama-se *dynamic pricing* (ver caixa), estratégia que não é permitida em Portugal, como explicou Álvaro Covões, da Everything is New, em conversa com o Jornal Económico.

O que é o Dynamic pricing?

■ **Estratégia** em que as empresas definem preços flexíveis, baseada em variáveis como a oferta e a procura, que permite aumentar os preços como resposta à elevada procura

■ **Uber, Amazon ou Airbnb** são algumas das empresas que utilizam esta estratégia na sua atividade

■ **Ticketmaster** começou a aplicar a estratégia desde a fusão com a LiveNation

“É muito interessante perceber que, no que diz respeito à proteção ao consumidor, existem grandes diferenças entre os países. Penso que em Portugal a proteção ao consumidor já vem desde o Estado Novo. Sempre houve uma grande proteção ao consumidor. Em Portugal os preços têm que incluir tudo, todos os impostos, taxas...”, explica. “A lei só permite cobrar uma taxa máxima de 10% sobre o preço dos bilhetes. E é engraçado, porque, como a lei é antiga, se for entregue em casa, porque havia esse serviço, podia ser de 20% ou mais. Isto é uma proteção. Há países, como o Reino Unido, onde isso não

existe, em que o mercado secundário é permitido”. Devido a esta falta de proteção, o Reino Unido está a investigar a venda de bilhetes para concertos e espetáculo. Também a Comissão Europeia anunciou uma investigação própria.

O promotor recorda que “as empresas cobram, regra geral 6% de taxa de comissão”, seja em que produto for. Questionado se acredita que o *dynamic pricing* pode chegar a Portugal, Covões considera que o modelo português é o correto: “Às vezes, alterações legislativas podem prejudicar esta forma de estar. Acho que temos o modelo correto, porque o preço é anunciado, as pessoas sabem e pagam aquele preço”.

Apesar da contestação dos fãs, o *dynamic pricing* veio para ficar. A Live Nation apresentou recentemente o programa *Platinum*, defendendo que, sem ele, a diferença entre o valor nominal e os preços que os consumidores estão dispostos a pagar por cada bilhete acaba por ficar nas mãos dos revendedores dos mercados secundários, em vez de ir para os artistas. Defende também que estes preços dinâmicos permitem bilhetes mais acessíveis.

A empresa vai continuar a oferecer preços dinâmicos, que permitiram um crescimento de 36% em 2023, alcançando 22,7 mil milhões de dólares (mais de 20,5 mil milhões de euros) de receitas. No caso da Ticketmaster, o crescimento foi de 32%, para 2,9 mil milhões de dólares (2,62 mil milhões de euros). Harry Styles, Coldplay ou Bruce Springsteen são alguns dos artistas que adotaram a estratégia. Em sentido contrário, Taylor Swift optou por não o fazer na The Eras Tour.



Anúncio da Oasis Live 25 levou a uma corrida aos bilhetes, que provocou um aumento dos preços, com fãs a pagarem quase o triplo do valor

IMAGINE UM LOCAL PERFEITO PARA TRABALHAR

PENSOU NO LEAP?

A verdade é que, mesmo que não precise de um espaço para trabalhar em tempo integral, o LEAP em soluções flexíveis para todas as necessidades.

Desde escritórios virtuais, hot desks, espaços cowork, escritórios privados, part-time offices até salas de reunião, formação e auditórios, temos o espaço ideal para qualquer situação. Cada espaço oferece um ambiente único e inspirador para suas necessidades profissionais.

Descubra os espaços LEAP:

Amoreiras, Areeiro, Beloura, Docas e Santos.



Aeródromo de Aveiro ameaça base para eólicas offshore em São Jacinto

Energia ■ Governo autoriza aeródromo, mas decisão ameaça impedir o uso da área como base para as eólicas offshore. Projetos para expandir o porto podem criar mil postos de trabalho e gerar retorno até 375 milhões/ano. O Governo está a preparar o lançamento do leilão offshore com dois gigas.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O novo aeródromo municipal ameaça a expansão do porto de Aveiro para São Jacinto, para onde está projetada uma base para as energias eólicas marítimas (offshore): o Regimento de Infantaria nº10 (ex-Base Aérea nº7). O aeródromo foi anunciado esta semana pelo autarca da cidade José Ribau Esteves, revelando que a 'luz verde' chegou com a aprovação pelo ministro da Defesa Nacional Nuno Melo.

Ora, era precisamente para este local que estava prevista a expansão do Porto de Aveiro, que já não tem mais locais para onde se expandir, para servir de base em terra para as energias eólicas offshore. Se Aveiro não ficar como base, existe o risco de os portos espanhóis serem favorecidos, impedindo fornecedores portugueses de ganharem estes contratos.

"É impossível" ter um aeródromo e uma base offshore em São Jacinto. "Não é possível ter eólicas offshore, são muito altas, e ter uma servidão aeronáutica. São incompatíveis", disse ao JE o ex-ministro das Infraestruturas João Galamba.

Olhando para o Windfloat Atlantic, a distância entre a linha de água e a ponta máxima do aerogerador atinge uma altura de 185 metros acima da superfície do oceano. Este tipo de infraestruturas seriam monta-

das em São Jacinto e depois rebocadas até ao local da central marítima para serem afixadas ao fundo do mar. Para ter uma ideia, a torre Vasco da Gama em Lisboa tem 145 metros de altura.

Já o especialista em energia eólica José Matos considera que os dois projetos não conseguem coexistir: "se isto avançar [aeródromo], inviabiliza seguramente" a base offshore. "Não estou a ver que as atividades sejam compatíveis", disse ao JE o professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Raio-X

■ **Preparação** Aveiro é o único porto a norte do país com capacidade para a montagem destas infraestruturas

■ **185 metros** O projeto Windfloat Atlantic conta com uma altura de 185 metros desde a superfície da água

■ **Expansão** Projetos de expansão no portode Aveiro com capacidade para gerar mil postos de trabalho e retorno anual de 375 milhões

■ **Meta** 10 gigas de eólicas offshore implica investimento até 40 mil milhões de euros

O Governo está a preparar o lançamento do leilão eólico offshore. O objetivo é lançar a construção de dois gigawatts até 2030, mas há uma meta para construir um total de 10 gigas, que fica para depois de 2030, o que implica um investimento entre 30 a 40 mil milhões de euros, segundo contas do executivo de António Costa.

O ex-ministro avisa que, além de Aveiro, o único porto português com capacidade para armazenar, montar e transportar estas infraestruturas gigantescas, é o porto de Setúbal, que fica mais a sul, e mais distante dos lotes previstos no norte do país (que são os mais interessantes por terem mais vento).

"O porto de Leixões não tem espaço, está ocupado. Os portos de Figueira da Foz e Viana do Castelo são muito importantes, mas para prestar serviços, não servem para trazer infraestruturas para terra, não têm calado. Aveiro é o único porto a norte de Setúbal, com terrapleno e com calado para aqueles navios e estruturas, seja para o leilão offshore, seja para exportar", afirmou João Galamba, garantindo que este projeto fazia parte da pasta de transição que preparou para o seu sucessor no cargo, Miguel Pinto Luz.

Se Aveiro não quiser, Espanha vai aproveitar para fazer negócio: "os espanhóis têm uma mega-indústria. Ferrol, Corunha ou Bilbao são hoje grandes produtores e exportadores" de componentes e infraestruturas para



Maria da Graça Carvalho
é a ministra responsável
por preparar o leilão eólico
offshore, com dois gigas.

MIGUEL A. LOPES/LUSA

a eólica offshore, afirma o agora gestor do sector energético e que acompanhou o tema como ministro das Infraestruturas e antes como secretário de Estado da Energia no Governo anterior.

"Esta é uma grande oportunidade para Aveiro, para projetos em Portugal ou até noutros países", dando o exemplo do único projeto eólico offshore em Portugal (Windfloat) em Viana do Castelo, cujas estruturas vieram de Espanha e "poderiam até ter vindo de Aveiro". O gestor aponta que, mesmo num cenário em que não haja leilão offshore em Portugal, o porto pode exportar para outros países. "Há uma procura garantida de 20 anos por eólica offshore em todo o mundo", apontando os casos das fábricas localizadas em Aveiro, a Riablades da Siemens Gamesa (que produz pás) e a dos coreanos da CS Wind, que produz infraestruturas para as eólicas.

Este projeto em São Jacinto representa um investimento de 126 milhões de euros, para a infraestruturação do terrapleno e a construção do cais em São Jacinto, segundo um documento da Associação Portos de Portugal (APP), datado de novembro de 2023, a que o JE teve a acesso. O investimento em São Jacinto, a par da construção do cais na Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) no porto de Aveiro (investimento de 24 milhões), representa um retorno anual de 225 a 375 milhões de euros, gerando entre 750 a 1.050 postos de trabalho, criando uma receita fiscal entre os 26 a 28 milhões de euros por ano.

O JE contactou os ministérios das Infraestruturas (tutela os portos) e o do Ambiente e da Energia (responsável pelo lançamento dos leilões de energia eólica offshore), mas não obteve res-

O ministro da Defesa Nuno Melo deu 'luz verde' para o aeródromo de Aveiro operar na base de São Jacinto, para onde está prevista a base offshore.



PAULO NOVAIS/LUSA

postas sobre se o projeto da base offshore vai ser mantido.

Já o autarca de Aveiro José Ribau Esteves não quis fazer comentários sobre se o aeródromo coloca em causa a base offshore, limitando-se a dizer que a autarquia está a atuar em "estreita ligação" com os ministérios das Infraestruturas, Defesa e do Ambiente.

"Desde que cheguei à câmara lutei" para que o aeródromo voltasse a funcionar, disse o autarca ao JE, adiantando que o projeto não prevê nenhuma nova construção para este local, mas sim a reabilitação de "um ou outro pavilhão", para servirem de hangares. No entanto, rejeitou responder sobre a expansão do porto do Aveiro e da base offshore.

Num plano feito pelo anterior Governo, mais de metade da pista em São Jacinto, com uma extensão total de 1,4 km, surge

ocupada pelo projeto offshore. O mapa consta de uma apresentação feita pelo executivo de António Costa numa visita à Coreia do Sul e Japão em 2023, com o objetivo de atrair empresas daqueles países para investir nos portos nacionais no âmbito da ambição offshore, a que o JE teve acesso.

Em maio de 2023, o Grupo de Trabalho para as energias eólicas offshore divulgou o seu relatório final, onde destaca que o Porto de Aveiro constitui-se "como uma infraestrutura portuária relevante vocacionada para a produção de componentes da indústria, dada a forte presença de indústrias da fileira das energias renováveis offshore localizadas em porto, bem como na sua envolvente (torres e pás eólicas)".

"O acolhimento de novos projetos e/ou a extensão do seu perfil para porto de montagem e

operação e manutenção está, no entanto, condicionado ao espaço disponível que, atualmente, já se encontra limitado (...), questão que poderá ser ultrapassada com a afetação de outras áreas próximas ao porto, mas que se encontram sob a gestão de outras entidades, como seja a base área de São Jacinto (85 ha mediante infraestruturação), cuja habilitação para este propósito requer a realização de investimentos de médio longo prazo", segundo o documento.

"O porto conta ainda com um estaleiro naval, uma rampa RoRo e uma área na ria de 185 ha, incluindo 35 ha de área molhada, que poderá ser estudada para parqueamento de estruturas", pode-se ler.

O Governo espera agora por um relatório do grupo de trabalho que analisou os custos da empreitada offshore, antes de tomar decisões.

Breves

EDP com novo plano estratégico no início de 2025

Energia ■ A EDP vai apresentar um novo plano estratégico no início do próximo ano. O anúncio foi feito pelo administrador Pedro Vasconcelos durante a conferência Energy 2024, organizada pelo Eco. O grupo EDP reviu em baixa o seu investimento este ano, que passa a 5,7 mil milhões por ano até 2026.



Lucros da Glintt sobem 50% para três milhões

Tecnologia ■ A Glintt Global obteve um resultado líquido positivo de três milhões euros no primeiro semestre deste ano, aumentando 50,4 % em comparação com os mesmos seis meses de 2023. A faturação no mercado nacional caiu 2,3%, enquanto a do mercado internacional cresceu 5,2%.

Empresas dos EUA na China no nível mais baixo de sempre

Empresas ■ As empresas dos EUA na China enfrentam desafios sem precedentes, afetando a confiança e os resultados, segundo a Câmara de Comércio Americana em Xangai. 47% das 306 empresas participantes a declararem-se otimistas para os próximos anos, em comparação com 52% em 2023.



Vanguard Properties é o novo mecenas do MAAT

Cultura ■ A promotora imobiliária Vanguard Properties vai assumir o estatuto de mecenas do MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia no âmbito de uma parceria com a Fundação EDP, tornando-se na primeira entidade a constituir-se como mecenas do museu, por um período inicial de um ano.

PUBLICIDADE

SKECHERS
HANDS FREE
Slip-ins

É SÓ CALÇAR E ANDAR
NUNCA MAIS TERÁS QUE TOCAR NOS SAPATOS

Novas Skechers Hands Free Slip-ins®. Calçar as sapatilhas nunca foi tão fácil. Sem que tenhas que te baixar. Fáceis de usar. Comodidade a cada passo.

LAVAVELA MÁQUINA

A nossa Exclusiva Heel Pillow® mantém o teu pé no lugar!

SEM QUE TENHAS QUE TE BAIXAR.
SEM TOCAR NOS SAPATOS.
SEM TRUQUES.

UMA BOA

A nossa Exclusiva Heel Pillow® mantém o teu pé no lugar!



Álvaro Djaló foi vendido pelo Braga ao Athletic Bilbao por 15 milhões de euros, que podem chegar aos 20,5

O mercado de transferências já não é só para os grandes

Futebol ■ Nem só de águias, leões e dragões vive o mercado de transferências em Portugal e no que toca a receitas, os restantes quinze estão a ganhar peso todos os anos fruto de uma política desportiva disciplinada.

José Carlos Lourinho
josecarloslourinho@gmail.com

Há mais vida para além dos três grandes quando o tema passa pelas receitas com transferências de passes futebolísticos em Portugal. Fora do universo dos três maiores clubes nacionais, o universo de receitas dos emblemas da Liga portuguesa voltou a subir nesta janela de transferências. Assim, e de acordo com o site "Transfermarkt", da fatura global de vendas de quase 380 milhões de euros (379,6 milhões de euros) no mercado de verão, os três grandes foram responsáveis por uma fatia de 241,4 milhões de euros enquanto os outros 15 emblemas da Liga Portugal conseguiram uma faturação global de 138,2 milhões de euros, ou seja, 36,4% das receitas arrecadadas com vendas de passes de futebolistas. E estes

são apenas valores parciais já que estamos a falar apenas da primeira janela de mercado da atual temporada (2024/25).

Vendas excluindo os grandes

2022/23

158,3 milhões
(24% do total: 657,7 milhões)

2023/24

108,8 milhões
(26,6% do total: 409 milhões)

2024/25

138,2 milhões
(36,4% do total: 379,6 milhões - só no mercado de verão)

Fonte: Transfermarkt

Crescimento de 10%

Estes são números que mostram uma notável evolução dos emblemas nacionais na forma como

Clubes com mais receitas de transferências excluindo os grandes

SC Braga

54,7 milhões
(12,8 milhões em 2023/24)

FC Famalicão

22 milhões
(26,2 milhões em 2023/24)

FC Arouca

17,5 milhões
(8,2 milhões em 2023/24)

já conseguem valorizar e vender alguns dos seus melhores ativos. Note-se que em toda a época de 2023/24 (mercado de transferências de verão e de inverno), os 18 emblemas da Liga Portugal fecharam 409 milhões de euros em vendas: desse "bolo", os grandes foram responsáveis por 300,9 milhões de euros e os restantes clubes ficaram pelos 109 milhões, ou seja, 26,6% de todas as vendas. Assim, em relação à época passada, o peso dos outros clubes nas vendas de passes sofreu um incremento de 10% na janela de verão, mais 30 milhões de euros. E o mais extraordinário é que ainda falta a janela de mercado do inverno pelo que os clubes ainda poderão reforçar este peso nas transferências.

Se recuarmos duas temporadas, para a época 2022/23, é possível constatar que o grupo de clubes da Liga exceptuando os grandes conseguiu fazer vendas no valor de 158,3 milhões de euros. Nessa época, que foi a melhor temporada de sempre em relação a vendas na Liga portuguesa com um total de 657,7 milhões de euros, os 15 emblemas da Liga fora dos grandes foram responsáveis por 24% das vendas. Esta temporada, com 138,2 milhões de euros em vendas já garantidos, não é todo impossível que o "bolo" dos grandes possa ainda atingir ou superar as vendas conseguidas na melhor época de receitas da história da Liga: a marca de 158,3 milhões de euros.

"Já não só os grandes"

A Liga Portugal voltou neste verão a mostrar uma boa performance nas vendas de passes de futebolistas e em apenas uma janela de transferências ficou a "apenas" 28 milhões de euros das receitas totais obtidas na temporada passada: 409 milhões de euros. Apesar de estarmos longe da época mais proveitosa de sempre (2022/23) em Portugal, os clubes portugueses parecem estar a recuperar. Luís Cassiano Neves, sócio e fundador da 14 Sports Law (escritório de direito desportivo com uma vasta experiência no capítulo das transferências internacionais) realça ao JE, sublinha que "fora dos três grandes, temos também números muito interessantes" e que "já não são só os grandes que fazem grandes operações". Este especialista de mercado denota que o Braga "esteve muito ativo nas vendas" e que o Famalicão "voltou a fazer um bom mer-

cado com uma venda muito importante". Ao JE, o advogado enfatiza a venda do passe futebolístico do guarda-redes Luiz Junior do Famalicão para o Villarreal por um valor de 12 milhões de euros: "Foi muito interessante até porque o Famalicão é um clube de meio da tabela em Portugal... não deixa de ser um marco", destacou. "Tivemos o Vitória de Guimarães com vendas muito interessantes neste mercado", denota Luís Cassiano Neves.

SC Braga a liderar

"O Braga tem sempre uma operação muito equilibrada", destacou ainda o sócio fundador da 14 Sports Law a propósito do último mercado dos "guerreiros" do Minho. O Braga liderou de forma destacada as vendas no universo fora dos grandes em Portugal e com uma evolução notável face à época passada. Se em 2023/24 essas vendas foram de 12,8 milhões de euros, a SAD liderada por António Salvador teve um incremento significativo para 54,7 milhões de euros, mais 14 milhões de euros que o Sporting que ficou pelos 40,5 milhões de euros e próximo do Porto que terminou a janela de mercado com 58,4 milhões de euros em receitas arrecadadas com transferências. Destaque ainda para o defeso do Famalicão: o clube minhoto tem-se pautado pelas boas janelas de transferências não só nos valores que consegue contratar para o seu plantel como também nas somas que depois arrecada com esses ativos.

Assim, 2024/25 voltou a ser proveitoso para os famalicenses: na temporada passada fizeram 26,2 milhões em vendas e neste mercado de verão já fizeram uma soma pouco abaixo do total para época anterior com vendas de 22 milhões de euros. O Arouca também mostrou-se particularmente ativo na janela de transferências e com um valor em vendas que supera em muito o da época passada: em 2023/24, os arouquenses venderam 8,2 milhões de euros e esta temporada essa receita saltou para 17,5 milhões de euros. O Vitória ficou pelos 7,3 milhões de euros em verbas com transferências /quando na época passada tinha feito quase 25 milhões de euros e o Estoril Praia arrecadou 6,2 milhões de euros quando na temporada 2023/24 esse montante tinha atingido 12,5 milhões de euros. O Farense fechou esta janela com 7,5 milhões de euros em vendas.

Betano: “Estamos a contribuir com políticas de jogo responsáveis”

Apostas ■ Em declarações ao JE, Júlio Iglesias, CCO da Kaizen Gaming, operadora em Portugal com a marca Betano defende que o país tem um mercado “viável e saudável” e não fecha a porta a novas parcerias do grupo, inclusive a da liga portuguesa de futebol. “Estamos muito confortáveis com a nossa posição, mas se a oportunidade certa aparecer, por que não?”, refere.

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

É com um sentido de responsabilidade que a Betano pretende impulsionar a economia portuguesa. A empresa ligada ao sector das apostas desportivas e detida pela Kaizen Gaming é a patrocinadora oficial de Porto, Benfica e Sporting e mostra ambição de não ficar por aqui.

“Neste momento estamos muito felizes com os parceiros que temos em Portugal, mas nunca podemos dizer nunca. Tudo depende da oportunidade certa no momento certo e da instituição com a qual nos queremos associar”, refere em declarações ao Jornal Económico (JE), Júlio Iglesias, Chief Commercial Officer (CCO) da Kaizen Gaming, em Birmingham, no evento que marcou a entrada da Betano na Premier League ao ser o patrocinador do Aston Villa e onde o JE esteve presente.

“Estamos muito satisfeitos com a parceria feita com o Aston Villa. Cada vez mais estamos a envolver-nos a nível global, porque os adeptos do futebol estão em todo o lado, como por exemplo na parceria que temos em Portugal com o Porto, Benfica e Sporting”, salienta.

De resto, o responsável acredita que em Portugal a empresa tem uma posição muito boa e está a fazer o seu trabalho da maneira certa.

“Tudo o que fazemos tem de ser consistente. Não só os anúncios na televisão, mas a qualidade do nosso serviço ao cliente que ganha com o nosso produto. É o pacote inteiro e o patrocínio faz parte dele”, sublinha.

Questionado sobre se o patro-

cínio da liga portuguesa de futebol está no horizonte da empresa, Júlio Iglesias é pragmático.

“Eu nunca digo nunca. Temos sempre muitas conversas e oportunidades. Temos um mercado com uma concorrência saudável, o que penso é bom para todos. E isso significa que as oportunidades vêm e outros operadores e concorrentes estão lá. Não somos de forma alguma o único operador em Portugal e isso significa que respeitamos muito a concorrência e usamos a nossa melhor estratégia”, afirma.

Para o CCO, Portugal é um mercado onde a empresa pretende apoiar cada vez mais o regulador e ser um *player* de destaque.

“Queremos ser reconhecidos como um *player* responsável e aceite na economia portuguesa e estamos a tentar fazer o nosso melhor para tentar também organizar a indústria para garantir que estamos a impulsioná-la na direção certa”, refere, acrescentando que está é uma



Júlio Iglesias
Chief Commercial Officer da
Kaizen Gaming



Betano patrocina os três grandes e está de olho em mais clubes

3

Sporting, Benfica e Porto são patrocinados pela casa de apostas: “Queremos ser reconhecidos como parceiro responsável”, diz Júlio Iglesias, CCO da empresa

indústria fortemente regulamentada e na qual é preciso garantir que o público entende e aceita isso.

“Estamos a contribuir para essa sociedade, com políticas de jogo responsáveis, não só com as parcerias com o Porto, Benfica, Sporting, mas com o desporto em geral”, afirma.

Para o responsável da Kaizen Gaming, Portugal é um mercado muito maduro, até pelas iniciativas que estão a ser tomadas. “É um regulador que protege o consumidor desde o início. E nós somos extremamente favoráveis a isso”, salienta, deixando o alerta de que esta é uma atividade que deve estar devidamente regulamentada e permitir que os operadores regulamentados que estão a pagar impostos continuem.

“Caso contrário os jogadores não vão desaparecer, mas vão para a ‘economia obscura’, para os operadores não regulamentados, onde não há medidas de proteção e nenhum controlo”, conclui.

JOSE SENA GOULÃO/LUSA

Famel relançada no mercado com nova imagem e motas elétricas

Mobilidade ■ A clássica XF-17 vai regressar às estradas em 2025. Para isso, a renovada marca Famel conta com uma ronda de investimento na qual também entra o Banco de Fomento. Os responsáveis querem vender 2 mil motas anualmente até 2029.

Tomás Gonçalves Pereira
tpereira@medianove.com

As motas da Famel marcaram, no passado, uma geração. Falida a antiga empresa em 2002, a marca reergue-se agora com uma imagem renovada.

Através de uma ronda de investimento no valor de 2,45 milhões de euros, a nova Famel vai criar uma “simbiose” com o passado, ao reeditar a clássica XF-17 mas, desta feita, movida a energia elétrica, dispondo de duas baterias para o efeito.

A autonomia vai até aos 120 quilómetros e cada modelo custa 600 euros, sendo já possível encomendar através do site da Famel.

“A nossa missão é trazer uma mota que antigamente era das vilas para as cidades”, referiu, em declarações ao JE, o CEO da marca, Joel Sousa.

À margem do evento de apresentação da ronda de investimento lançada pela Famel, realizado durante esta semana, o responsável reconheceu que tem em mãos um “legado histórico” e aponta a um futuro risinho.

Esta será uma marca “altamente tecnológica, a acompanhar as tendências”, sublinhou. Em causa está, entre outros aspetos, a ‘app’ que vai ser lançada pela Famel e que vai permitir aos clientes evitarem problemas ligados ao uso das motas.

De acordo com Joel Sousa, a aplicação vai permitir que a Famel contacte os clientes consoante se aproxime a necessidade de efetuar reparações ou substituições. Assim, ao invés de o contacto partir do comprador, a iniciativa será da própria



A Famel está de volta, com a reedição do icónico modelo XF-17, agora sem motor e com duas baterias elétricas. Já pode ser encomendada, por 600 euros.

Famel em números

■ **2,45 milhões** É o valor envolvido na ronda de investimento lançado pela marca.

■ **10 mil euros** A ronda está aberta ao investimento de particulares, mas este tem um limite mínimo definido.

■ **600 euros** É o preço de cada mota, sendo já possível encomendar, através do site.

O responsável pela marca salienta ainda que o plano de negócios da Famel é “facilmente atingível tendo em conta o que existe em Portugal”.

Para colocar este rojeto em marcha, seria essencial angariar financiamento. Ora, foi aqui que entrou em cena o fundo Novus, gerido pela Magnify Capital Partners.

Pedro Ortigão Correia, partner da Magnify e sócio da Famel explica que “uma série de investidores” queriam investir da marca, pelo que a ronda de investimento foi aberta a particulares, mediante o valor mínimo de 10 mil euros.

O próprio esclareceu que é possível investir no próprio fundo ou concretamente neste projeto e sublinhou a “maior dose de responsabilidade” imposta pelo facto de a Magnify ter uma participação de 63% do Banco de Fomento.

Juntas, as duas instituições investem um total de 2,45 milhões de euros na Famel. Pedro Ortigão Correia reitera que “é um projeto que nos orgulha como investidores e como portugueses.”

Famel. “Isto hoje já é possível”, garante.

Ao princípio, este será um serviço gratuito, mas tal poder-se-á alterar no futuro, consoante os custos que a empresa vier a registar.

De todo o modo, a empresa fabrica as motas “para que não necessitem de manutenção programada”, fora questões

como trocas de pneus, óleo de travões e verificações técnicas.

Outra vertente importante é o objetivo de que 60% dos componentes que vão constituir as motas sejam portuguesas e 80% sejam fabricados na Europa, salientou o líder da Famel.

Já é possível efetuar encomendas através do site da Fa-

mel que, por esta altura, conta com “quase 100 reservas”. As primeiras entregas deverão ser feitas na primavera e um dos objetivos passa por entregar 100 motas em 2025.

Em vista está ainda o propósito de “chegar a 2029 com “duas mil unidades vendidas por ano e um total acumulado de 7 a 8 mil vendas”.

As más notícias de setembro começam a ficar para trás

Fecho da semana ■ Os mercados acionistas recuperaram algum do terreno perdido na primeira semana de setembro.

Vitor Sousa

Consultor da IMF, Informação de Mercados Financeiros

A maioria dos índices acionistas iniciaram o mês de setembro em baixa, sentimento que tem vindo a ser parcialmente revertido ao longo da última semana.

Numa semana em que a Nvidia recuperou mais de 15%, vale a pena destacar também a Oracle, que anunciou um aumento de 21% das suas receitas trimestrais dos serviços de cloud para 5,6 mil milhões de dólares (mM\$) e que as receitas gerais atingiram os 13,31 mM\$, acima dos 13,23 mM\$ esperados. Estes resultados garantiram à cotada uma valorização de 11,5% nessa sessão.

Por sua vez, a Amazon Web Services (AWS) anunciou planos para investir 8 mM de libras no Reino Unido nos próximos cinco anos para construir, operar e manter centros de dados. Espera-se que o projeto contribua com 14 mM£ para o PIB do Reino Unido até 2028 e apoie mais de 14 mil postos de trabalho. Em outro sector, os resultados dos ensaios clínicos do medicamento experimental de precisão da AstraZeneca para o tratamento do cancro do pulmão demonstraram que não houve uma melhoria significativa nos resultados de sobrevivência global dos pacientes, o que levou as suas ações a caírem cerca de 5,52%.

Na Europa, a Inditex, a maior empresa do mundo de retalho de moda, reportou um aumento de 10% nos lucros do primeiro semestre numa altura de tempos difíceis para o setor na Europa. No período de fevereiro a julho, a empresa reportou um lucro de 2.800 milhões de euros com vendas de 18.100 milhões, um pouco acima dos 2.770



Economia

■ **China** A taxa de inflação da China subiu para 0,6% em termos homólogos em agosto, de 0,5% em julho, mas permaneceu abaixo das previsões de +0,7%.

■ **EUA** A inflação homóloga norte-americana abrandou em agosto, situando-se nos 2,5%, o valor mais baixo desde fevereiro de 2021 e também inferior à leitura de 2,9% observada em julho e aos 2,6% esperados pelo mercado.

■ **Café** Esta semana as atenções recaíram sobre os preços do café robusta, que alcançaram máximos de dezasseis anos. Desde o início do ano, os preços subiram cerca de 75%.

milhões e 18 mil milhões esperados pelos analistas para esses indicadores. Por sua vez, a BMW reduziu a sua previsão de rentabilidade para 2024. A empresa espera agora que a sua margem EBIT seja de 6% a 7%, em comparação com o objetivo anterior de 8% a 10%. Após os anúncios, as ações da Inditex valorizaram 3,02% na sessão, enquanto as da BMW caíram 11,15%.

Em Portugal, o PSI continuou a recuperar terreno, cotando agora em máximos de cerca de seis semanas. Recentemente, a Goldman Sachs e o Citi reviram em alta o preço alvo da EDP Renováveis para 19 euros e 17,70 euros, respetivamente. A EDP, que também viu o seu preço-alvo aumentado para 4,50 de euros pela Goldman Sachs, emitiu dívida verde híbrida no valor de 850 milhões de euros, com maturidade de 30 anos a uma taxa de juro de cerca de 4,625%. Os títulos terão uma taxa fixa até 2031, altura a partir da qual o juro passará a ser variável a cada cinco anos.

Palco Económico

O que se passa com a Alemanha?



Pedro Lino
Economista

A opinião dos europeus sobre os benefícios de uma Europa integrada, está a mudar.

Os resultados das eleições são apenas um espelho e reflexo das decisões políticas e opções económicas, internas e externas, tomadas nas últimas décadas e que não estão a trazer o benefício que os europeus esperavam.

A Alemanha, até há alguns anos um exemplo de solidez financeira, tem demonstrado sucessivamente a incapacidade para detetar erros na gestão de empresas, que afetam toda a economia. O mais conhecido, por ter infringido elevadas perdas aos investidores, foi o caso da Wirecard, onde nem auditores, supervisores conseguiram acautelar a boa governação da empresa. Mas existem outros aos dias de hoje que podem comprometer a economia alemã. Por exemplo, a Volkswagen que emprega mais de 650 mil pessoas em todo o mundo que está a braços com uma procura decrescente na Europa, ainda abaixo das vendas pre-pandemia. Mas para além destas dificuldades, a opacidade da estrutura de detenção do grupo que não facilita a percepção de valor do grupo ou até elimina a capacidade de intervenção por parte dos investidores.

Através de várias holdings que se confundem, pois, têm o mesmo nome (Porsche) a família Porsche tem o controlo do grupo. Seria de esperar que a rentabilidade e a sustentabilidade da empresa a longo pra-

zo fossem os principais desígnios, mas tendo o Estado alemão uma participação na empresa, parece que o objetivo é outro – a estabilidade social. É aqui surgem os conflitos de interesse. É que não podemos ter empresas cotadas que devem defender os interesses de todos os investidores, a rentabilidade, e ao mesmo tempo impedir a reestruturação das empresas.

Existe a necessidade de re-dimensionar a empresa e adaptá-la para um novo ciclo, mas o encerramento de fábricas vai ser polémico pois irá gerar mais descontentamento numa altura que que a extrema-direita ganha poder.

Mas este é um exemplo de como a Europa se está a entrincheirar e a afastar o capital e a afastar-se de uma democracia.

Muitas empresas europeias anseiam em mudar as suas sedes para os EUA e ter investidores americanos pois estes são mais diretos, interventivos e eficientes.

Se a Alemanha e a zona euro não reagirem, dentro de uns anos teremos de salvar a indústria automóvel da mesma forma que fomos obrigados a salvar o sistema financeiro. A evolução do preço das ações das construtoras automóveis europeias demonstra que a confiança é cada vez menor na capacidade das administrações das empresas conseguirem dar a volta às empresas sem a intervenção dos Estados europeus. A ausência da adaptação a uma nova realidade, com apoio à adaptação dos trabalhadores para ganharem outras aptidões, originará uma Europa pouco competitiva.

As intervenções dos Estados e o mundo burocrático criado, foi a forma encontrada pelos políticos para evitarem a verdadeira união europeia. Estes muros, que refletem a inaptidão e o medo dos políticos perderem o seu poder, vai colocar em perigo a democracia.



Após a segunda ronda negocial desta semana, o PS espera que o primeiro-ministro, Luís Montenegro, esteja na próxima reunião e reforça disponibilidade para negociar

PS reclama folga orçamental adicional para acolher propostas socialistas para o OE2025

Orçamento ■ Irredutível nas linhas vermelhas do IRC e IRS Jovem, PS sinaliza abertura para continuar a negociar OE2025. Mas vai exigir margem orçamental para as suas propostas fora do excedente de 500 milhões (0,2% do PIB), previsto pelo Governo.

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com

Munidos da “informação imprescindível que vinham a solicitar desde o final de agosto, os socialistas preparam agora as próximas rondas negociais para o OE2025. Aguardavam, ontem, indicações do Governo sobre a metodologia a seguir no processo negocial, com

o líder do PS a recusar encontro em “meio caminho” sobre IRC e IRS Jovem, sinalizado como aposta do Executivo.

Ainda que irredutível nestas linhas vermelhas, o maior partido da oposição já assegurou abertura para continuar a negociar. E vai reclamar uma margem orçamental para as propostas que o PS pretende apresentar para o próximo Orçamento fora do excedente de 500 milhões

de euros previstos pelo ministro das Finanças para o próximo ano.

Após a segunda ronda negocial nesta terça-feira, 10 de setembro, o PS pediu 48 horas para apresentar propostas, aguardando para o efeito uma convocatória para nova reunião, desafiando o primeiro-ministro a estar presente. Sem essa marcação, o PS assegura que não vai enviar propostas, as quais, segundo fonte socialista avançou

ao JE, deverão ter margem orçamental: “O Governo deverá contemplar margem para as propostas do PS fora dos 500 milhões” que constam da informação prestada aos partidos que aponta para um excedente orçamental de 0,2% em 2025, em linha com o que tem sido adiantado pelo ministro das Finanças ao longo dos últimos meses.

A previsão do Governo para o saldo orçamental corresponde a

cerca de 500 milhões de euros, já contando com o efeito de perda de receita decorrente das medidas aprovadas pelo Parlamento, à revelia do Executivo, como a redução do IVA da luz (110 milhões de euros) ou o fim das portagens nas antigas SCUT (180 milhões), propostas pelo PS.

Segundo a mesma fonte, os socialistas pretendem agora apresentar propostas “robustas” para o OE2025, que permitam ao PS



fazer “uma boa campanha no ponto de vista da aprovação do OE”, para afastar qualquer ónus na hipótese de assegurar a ‘luz verde’ ao Orçamento, que o Chega já se demarcou se o Governo não excluir PS das negociações. Esta semana, André Ventura reforçou o aviso ao ressaltar o que o voto contra do Chega é “irrevogável se o acordo [para viabilizar o OE] for com o PS”.

Executivo aposta no “meio caminho” com o PS

Já do lado do Governo, a aposta é no encontro a “meio caminho” com PS sobre IRC e IRS Jovem numa altura que os socialistas voltam a assegurar que não cedem nas linhas vermelhas, rejeitando a redução transversal do imposto que recai sobre as empresas e corte de cerca de dois terços das atuais taxas de IRS para todos os jovens até aos 35 anos.

O ministro dos Assuntos Parlamentares diz que o Governo está a conduzir as negociações do OE2025 “com humildade”, alertando, em entrevista ao ‘Públi-

co’ e Rádio Renascença nesta quinta-feira, que o país fica pior com duodécimos. Segundo Pedro Duarte, Executivo ainda não percebeu “qual a margem de manobra que o PS tem ou quer ter relativamente” ao IRC e o IRS Jovem. Com um apelo para que haja humildade por parte de todos os protagonistas e sem uma maioria absoluta no Parlamento, o caminho traçado pelo Executivo de Montenegro passa agora por apostar “todas as fichas na aprovação” deste documento, tentado ir ao encontro dos diferentes partidos da oposição.

Os alertas de Marcelo

Também o Presidente da República tem insistido na tecla de que “não se põe como viável” não haver Orçamento do Estado para 2025, escusando-se, porém, a responder o que tenciona fazer em caso de chumbo da proposta do Governo. Marcelo Rebelo de Sousa já pôs de lado um orçamento em duodécimos ou um orçamento retificativo e voltou a frisar a importância das negociações a bem da estabilidade. Na semana passada, o chefe de Estado argumentou mesmo que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a conjuntura internacional aconselham “a que haja estabilidade económica e financeira em Portugal, e isso passa pelo Orçamento de Estado”.

Com as negociações para OE a serem retomadas nesta semana com dois elefantes na sala – o IRC e o IRS Jovem –, o Governo da AD dá sinais de abertura para modelar as suas medidas fiscais. Resta agora saber qual será o meio caminho assinalado pelo ministro da Presidência entre descer o IRC de forma transversal, para todas as empresas, ou continuar a apostar em reduções de imposto condicionadas a estímulos para políticas públicas direcionadas a opções salariais ou de investimento dos empresários. E também ao nível do IRS Jovem para todos os jovens até 35 anos, que o Governo pretende reduzir para um terço do imposto qualquer que seja o nível de rendimento. Medidas que somam perto de 3.000 milhões de euros e que o PS não aceitará deixar passar num OE cujas descidas destes impostos, embora votadas à parte, têm de ter cabimento orçamental.

PS analisa cenário macro

No cenário macroeconómico que o Governo apresentou aos par-

tidos, é projetado um crescimento da economia de 2% para este ano e para o próximo e um excedente orçamental de 0,3% do PIB, em 2024, e de 0,2%, em 2025.

É com base nestes dados macroeconómicos que o PS está a avaliar qual é a margem que existe para as suas propostas para o próximo Orçamento.

Nas contas do Executivo, corrigido dos efeitos cíclicos e líquido de medidas extraordinárias, o saldo estrutural será de 0% com a despesa primária a subir 5%, este ano, e 4%, em 2025, e a receita fiscal a subir entre 4% e 4,5% em cada ano. No âmbito das regras orçamentais europeias, o saldo estru-

Cenário macro

■ **PIB** Governo projeta um crescimento real em torno de 2% para este ano e o próximo.

■ **Receita** A receita fiscal deve crescer entre 4% e 4,5% em cada um dos próximos dois anos.

■ **Despesa** A despesa primária sobe 8% este ano e entre 4% e 5% no próximo, enquanto os juros da dívida pública custam mais 500 milhões de euros em 2024 e 300 milhões em 2025.

tural permite compreender a capacidade de o Estado fazer face à despesa permanente numa altura em que o Executivo se prepara para entregar em outubro o novo plano orçamental estrutural de médio prazo que vai substituir o Programa de Estabilidade, o qual deverá cumprir com os tetos de despesa definidos pela Comissão Europeia.

Na frente orçamental, o Governo conta ainda manter a trajetória de descida do rácio da dívida pública, contando com uma redução em 3,1 pontos percentuais (pp), de 99,1%, em 2023, para 96% do PIB em 2024, e entre 92% e 91%, em 2025.

PUBLICIDADE

Assinado em 15-07-2024, por
João Pedro Miranda e Silva Miguel, Juiz de Direito



Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre
Juízo Central Cível e Criminal de Portalegre - Juiz 3
Rua Dr. Mário Chambel
7301-851 Portalegre
Telef: 245339980 Fax: 245090146 Mail: portalegre.centralcivildcriminal@tribunais.org.pt

Referência: 33632525
Data: 15-07-2024

Processo Comum (Tribunal Coletivo) 157/22.0T8PTG

ANÚNCIO

*

O Mm.º Juiz de Direito, Dr. João Pedro Miranda e Silva Miguel, do Juízo Central Cível e Criminal de Portalegre - Juiz 3 - Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre:

*

Faz saber que nos autos acima mencionados, pendentes neste Tribunal, contra a sociedade arguida “Objetivo Único, Consultores, SA”, foi a mesma condenada pela prática dos seguintes crimes:

Um crime de crime de branqueamento, p. e p. pelos arts. 2º, nºs 1, e 4, 368º - A, nºs 1, al. k), 2, 3 e 12, em articulação com o art.º 11º, ns.º 1, 2, al.ª a), 4, 9 e 10, todos do Código Penal (redação vigente), por referência aos crimes p. e p. pelos arts.º 16, nº 1 e 18º, nº 1, todos da Lei nº 34/87, de 16 de Julho (na redação introduzida pela Lei nº 108/2001, de 28.11, em confronto com a Lei nº 30/2008, de 10.07), determinar a pena de 250 (duzentos e cinquenta) dias de multa, à taxa diária de € 100,00 (cem euros);

Um crime de branqueamento previsto e p. pelos arts. 2º, nºs 1, e 4, 368º-A, nºs 1, al. k), 2, 3, e 12, por referência aos arts. 373º, nº 1, e 374º, nº 1, do Código Penal, determinar a pena de 250 (duzentos e cinquenta) dias de multa, à taxa diária de € 100,00 (cem euros);

Na sequência da unificação das penas a que a arguida “Objetivo Único, Consultores, SA”, foi condenada, nos termos previstos no art. 77º, nºs 1, e 2, do Código Penal, foi determinada a pena única de 350 (trezentos e cinquenta) dias de multa, à taxa diária de € 100,00 (cem euros), no total de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros).

Cada um dos crimes de branqueamento teve como subjacente a prática de crimes de corrupção por parte do legal representante de sociedade arguida.

*

Sociedade arguida: Objectivo Único, Consultores Sa, NIF - 512085463, domicílio: Trav. Carreira de S. Francisco, 4, 9680-107 Vila Franca do Campo.

(Documento elaborado pela Oficial de Justiça Leontina Lopes)

O Juiz de Direito,

(assinatura eletrónica)

Dr. João Pedro Miranda e Silva Miguel

Governo “avalia” travão a aumentos de comissões no MB Way

Banca ■ Lei limita comissões cobradas por transferências em aplicações como o MB Way, quando são feitas através de cartão. Mas SIBS pretende que passe a estar assente em contas, o que abre caminho à subida de custos. O Executivo está a rever a lei e poderá travar o “brutal” aumento de comissões, denunciado pela Deco. A CGD também já tinha pedido alteração da lei.

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com

Após o alerta da Deco para o risco de aumento das comissões no MB Way e os pedidos do Banco de Portugal e da CGD para alteração da lei que limita a cobrança, o Governo está a avaliar alterações à legislação aprovada em 2020, no tempo de António Costa, que limitou as cobranças no MB Way e que acautela as transferências com base em cartões, revelou ao Jornal Económico fonte governamental. O objetivo da alteração legislativa visa travar o aumento de comissões que poderá surpreender os utilizadores deste serviço com a passagem para um modelo de transferências com base em contas que a SIBS está a preparar.

O Governo está, assim, a rever a lei numa altura em que a gestora do Multibanco e do MB Way está a preparar uma alteração estrutural no funcionamento desta aplicação financeira que, quando estiver concretizada e os bancos tiverem aderido, as transferências pelo MB Way serão tratadas como transferências bancárias imediatas, ao invés de pagamentos entre cartões. Um novo regime que não passou também despercebido ao Banco de Portugal (BdP) que tem estado a acompanhar o tema e a avaliar os respetivos impactos, tendo já que o banco público recomendado que fosse “revisitada” a lei.

O JE sabe que o Executivo de Montenegro está agora inclinado a alterar lei n.º 53/2020 para evitar que a associação do MB Way a contas, pretendida pela SIBS, leve a que as transferências entre utilizadores sejam consideradas transferências imediatas, podendo estar sujeitas a comissões.



Deco enviou carta a ministro das Finanças a pedir intervenção urgente

O JE questionou o Ministério das Finanças sobre as alterações à lei, mas até ao fecho desta edição nãoobteve resposta.

Deco pediu intervenção

A intervenção do Governo surge após a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Deco) ter alertado em meados de agosto para o risco de aumento de comissões no serviço MB Way na sequência do novo regime de transferências entre contas de pagamentos. Em causa estão notícias que dão conta de que a SIBS pretende permitir que o serviço MB Way possa ser associado a contas de pagamento, além da solução que já existe de associar a cartões de pagamento.

“A associação do MB Way a contas irá significar que as transferências entre utilizadores serão consideradas transferências imediatas”, alerta a Deco, pelo que poderão estar sujeitas ao preço aplicável a essas transferências e não sujeitas aos atuais limites aplicáveis a transferências entre cartões, e em caso de ultrapassar as transações gratuitas, de 0,2% sobre o valor da operação em caso de cartão de débito e 0,3% em caso de cartão de crédito. Hoje em dia é possível fazer transferências até 30 euros por operação, 150 euros por mês, ou 25 trans-

ferências mensais sem custos.

Segundo esta associação, as alterações ao regime de transferências, poderá implicar “um aumento brutal para as comissões naquele que é o valor médio das transferências MB Way, de aproximadamente 40 euros, passando de perto de 10 centavos para 80 centavos ou acima de um euro”. Para a Deco, este valor será totalmente desproporcionado, contrário à legislação, e prejudicará os interesses dos consumidores no MB Way, produto, diz, bem recebido e adotado pelos portugueses. Em agosto, a associação enviou uma carta aos ministérios da Economia e das Finanças “solicitando uma avaliação e intervenção urgentes para adequar a legislação e manter a proporcionalidade nas comissões aplicáveis a transferências MB Way”.

BdP recomenda alterações à lei

Na sequência desta carta, o Executivo solicitou que o BdP se pronunciasse, tendo o regulador do setor financeiro recomendado uma alteração à lei para manter os limites às comissões e assegurar o nível atual de proteção dos consumidores.

Na recomendação enviada ao Governo, no início de setembro, o BdP confirma que, se a lei em vigor não for alterada, os bancos poderão aumentar as comissões cobradas pela utilização do MB Way.

Em causa está o novo modelo de transferências com base em contas, que a SIBS pretende adotar, onde a funcionalidade “enviar dinheiro”, a mais usada pelos utilizadores do MB Way, vai passar a ser baseada no “modelo europeu de Transferências Imediatas por conta, denominado SEPA Inst” – uma alteração que a SIBS está a fazer para poder vir a “exportar” o sistema MB Way para outros países.

Na recomendação enviada ao Governo, no início de setembro, o BdP confirma que, se a lei em vigor não for alterada, os bancos poderão aumentar as comissões cobradas pela utilização do MB Way

INCUBADORA

TAGUSPARK CIDADE DO CONHECIMENTO



Estás a uma curta distância da verdadeira (e única) Fábrica de unicórnios 🦄!

#TAGUSPARK #OEIRASVALLEY



BCE prudente não abre o jogo depois de corte de 25 pontos

Juros diretores ■ Inflação tem vindo a abrandar, mas o crescimento também, pressionando o BCE para cortar juros. O mercado aponta agora para apenas mais uma descida em dezembro.

João Barros
jbarros@medianove.com

Descida de juros confirmada, mas sem indicações quanto ao futuro: o Banco Central Europeu (BCE) não surpreendeu e desceu a principal taxa de referência em 25 pontos base (p.b.), mas voltou a reforçar a dependência dos dados até ao final do ano, recusando comprometer-se com qualquer trajetória predefinida para os juros. O mercado recebeu a decisão do banco e a conferência de imprensa que se seguiu como sinais de alguma precaução, sobretudo dada a ligeira revisão em baixa do crescimento aliada à manutenção da projeção para a inflação.

A principal taxa de referência passou assim para 3,5%, enquanto as taxas associadas às operações de refinanciamento e a

taxa marginal de empréstimos recuaram para 3,65% e 3,9%, respetivamente, fruto de uma mudança no spread do primeiro indicador para 15 p.b.. Setembro traz também atualizações nas projeções macro do banco, que cortou o crescimento em 0,1 pontos percentuais (p.p.) para 0,8% este ano e 1,5% em 2025.

Sem se comprometer com o rumo futuro da política monetária, Lagarde admitiu que “a direção é bastante óbvia, é descendente, mas o caminho não está predeterminado – nem em termos de sequência, nem de volume”

Na conferência de imprensa que se seguiu, o tom da presidente do BCE foi de cautela, reforçando a dependência dos dados. Ainda assim, “a direção é bastante óbvia, é descendente, mas o caminho não está predeterminado – nem em termos de sequência, nem de volume”.

Apesar de o mercado estar a descontar 37 p.b. até final do ano (o que implicaria mais do que um corte de 25 pontos), o consenso entre os analistas aponta para apenas mais uma descida em dezembro, sobretudo dado que a reunião de outubro está bastante próxima (a 17 do próximo mês) e não haverá dados relevantes divulgados até lá. Isso mesmo foi reconhecido por Lagarde, o que, para Matthew Ryan, analista da Ebury, é “uma confissão de que cortes sucessivos não fazem atualmente parte do cenário base do BCE”.

Também a Pantheon abandonou a expectativa de um corte em outubro, passando-o para dezembro, embora alertando para o risco de o banco “ter de ficar quieto em dezembro com a inflação a voltar a subir”, outro cenário que Lagarde anteviu.

Setembro irá certamente trazer uma leitura baixa devido a efeitos estatísticos, mas o indicador de preços deve voltar a acelerar no último trimestre, fruto da pressão que permanece do lado dos serviços, onde haverá ainda lugar a várias negociações coletivas em sectores de relevo como o automóvel.

Os analistas do banco ING antecipam que “o BCE irá acabar por acelerar o ritmo dos cortes – não este ano, mas no próximo”, porque “as negociações salariais na Alemanha e a subida das expectativas dos preços de venda ainda apontam para alguma persistência da inflação”.

“Dado o historial na projeção da inflação quando esta está a subir, o BCE quererá ter maiores certezas antes de avançar com cortes mais agressivos.”

O momento decisivo para esta aceleração nos cortes será o enfraquecimento mais notório da economia europeia, continua o banco neerlandês, classificando as projeções macro do banco central como “demasiado otimistas”. Por outro lado, escreve Michael Brown, analista sénior na Peppersstone, a unanimidade na decisão de ontem deve dar lugar a discordâncias crescentes entre os ‘falcões’ e as ‘pombas’ do BCE.

Mercado Puro

Atrás da curva



Filipe Garcia

Economista Conselheiro; IMF, Informação de Mercados Financeiros

Muito provavelmente, a Reserva Federal dos EUA cortará a sua taxa de juro de referência na próxima semana, finalmente acompanhando a maior parte dos bancos centrais mundiais. O mercado tem especulado acerca da possibilidade a FED iniciar um ciclo de cortes rápidos e amplos para fazer face à desaceleração da economia - cujos sinais a nível global são evidentes - num contexto de inflação mais baixa. Só o facto de se admitir a necessidade de uma atuação mais assertiva mostra que a FED poderá estar “atrás da curva”, que é a gíria de mercado para descrever uma situação em que os bancos centrais estão atrasados na sua atuação, seja a subir ou a descer os juros.

A FED não está sozinha no atraso em cortar taxas. No caso do Banco Central Europeu, e como tenho defendido, não só as descidas foram tardias como as últimas subidas nem sequer deviam ter acontecido, tendo em conta os fatores explicativos do ciclo inflacionista e a evolução que já se vinha observando nos preços e na economia há vários meses.

É verdade que a inflação subjacente (que exclui do cálculo a variação de preços

de itens voláteis como a alimentação e energia) está a cair mais devagar e que inflação dos serviços continua acima das metas dos bancos centrais. A maior preferência por serviços explica parcialmente esta situação, mas os bancos centrais também foram corresponsáveis pelo ambiente inflacionista que se viveu, com os seus discursos alarmistas quanto à persistência da inflação e que poderão ter originado uma subida dos preços mais ampla e que acabou por contagiar os salários.

As políticas monetárias demasiadamente restritivas prejudicaram a economia e, especialmente, os devedores. Os principais beneficiados foram os bancos, que viram as suas margens dispararem e, em certa medida, o próprio BCE, que capitalizou o setor bancário à custa dos devedores e criou a ilusão de um desempenho notável na gestão da inflação.

O cenário é agora mais benigno para os devedores. No caso do BCE, o mercado desconta que a taxa de referência principal (atualmente a taxa de depósitos) desça para 2,0% no final de 2025, portanto para metade dos 4,0% que representaram o máximo neste ciclo. A Euribor a 12 meses a atingiria valores semelhantes. Tenho bastantes dúvidas que o BCE corte taxas com a mesma rapidez que está a ser descontada e, sobretudo, que o faça para níveis abaixo de 2%. Por um lado, seria admitir o erro de ter sido demasiadamente restritivo, mas sobretudo porque não arriscará voltar a perder os juros como instrumento de política monetária como aconteceu quando as taxas desceram para níveis negativos.

Nova SBE é uma das seis escolas de negócios mundiais em dois Top 10

Mestrados ■ Escola de Carcavelos tem desde segunda-feira mais um programa no topo mundial: Gestão. Pedro Oliveira, o dean, explica ao JE a “estratégia Robin dos Bosques”, que transforma as propinas de uns em bolsas para outros. Só para Gestão há 111.

Almerinda Romeira
aromeira@medianove.com

Pedro Oliveira é o rosto da estratégia vencedora da Nova SBE. O caminho iniciado pelos seus predecessores e por ele reafirmado e prosseguido culminou esta segunda-feira com a subida do Mestrado em Gestão ao Top 10 do ranking do Financial Times (FT). E com este vão dois no “olimpico”, dado que o Mestrado em Finanças já figurava no Top 10 da especialidade.

A conquista é muito mais do que um feito académico e muito mais pode vir a representar. “Dizem muitas vezes que Portugal só é conhecido no mundo pelo futebol e pelo turismo. Temos que mudar este discurso”, afirma o dean da Nova SBE ao Jornal Económico (JE). E justifica-o com o poder dos números: “No futebol somos, hoje, no ranking da FIFA oitavos e no turismo somos décimo segundo, de acordo com o Fórum Económico Mundial. É extraordinário! Mas olhemos para as escolas de negócios. São 13 mil. É muito mais competitivo do que ao nível dos países (195) e Portugal tem uma escola com dois programas nos dez primeiros”.

O Mestrado de Gestão é o oitavo melhor do mundo e o Mestrado em Finanças o sétimo. A Nova SBE é agora uma das únicas seis *business schools* no planeta a figurar em dois Top 10 do FT. “Os dois maiores programas para nós são também os nossos dois programas mais bem avaliados, o que torna ainda mais notável o resultado obtido”.

Gestão é o maior programa de mestrado da NOVA SBE e do país com cerca de 750 alunos, incluindo os do Mestrado Internacional em Gestão. As vagas não chegam para as encomendas. O desempenho no *ranking* só o tornará mais



Pedro Oliveira
Dean da Nova SBE.

cobiçado, fazendo aumentar a procura. “Nas admissões não discriminamos com base na nacionalidade. Admitimos os melhores alunos”, diz Pedro Oliveira ao JE.

Números redondos, a propina custa uns 11 mil, 12 mil euros. “O nosso programa, sendo caro em Portugal, é dos mais baratos no contexto das escolas de topo, não apenas das primeiras dez, mas do Top 25, o que torna a nossa Escola muito muito atractiva”. Só as fortemente financiadas pelo estado chinês, Shanghai JITU, e suíço, St Gallen, são mais em conta do que Carcavelos. “Se

um português quiser estudar num programa de topo, estamos de facto perante o mais acessível”, explica-nos Pedro Oliveira. O Mestrado em Gestão tem cerca de 32% de alunos portugueses.

“Na realidade, os portugueses têm aqui uma oportunidade que não encontram em mais lado nenhum”, adianta, explicando que como as propinas são caras, a Escola criou um sistema de bolsas em que quem tipicamente tem condições para se qualificar são na maioria os jovens portugueses, devido aos rendimentos, regra geral, mais

baixos do que os dos candidatos do norte da Europa.

“Estamos a entregar o nosso ‘lucro’ aos alunos e só o podemos fazer porque conseguimos cobrar propinas a quem pode pagar. É um bocadinho a nossa estratégia – gosto de pensar nela como ‘a estratégia Robin dos Bosques’”. Por outras palavras: “Fazemos pagar quem o pode fazer, para podermos entregar bolsas a quem, tendo qualidade académica para estudar na nossa Escola, tenha menos recursos”.

A Nova SBE vai investir 3,1 milhões de euros no programa de bolsas para o ano letivo de 2024/2025, dos quais 35% está alocado aos alunos dos mestrados em Gestão. Isto equivale a cerca de 111 bolsas que estão divididas entre alunos novos e existentes, revela o dean ao JE.

No topo da lista do FT figuram com algum grau de rotatividade, de ano para ano, as francesas HEC Paris e Insead, a suíça St Gallen e a britânica London Business School. Poderá a Nova SBE vir a destroná-las, um dia? Pedro Oliveira admite que em relação à London Business School, “não é impossível” e que no mestrado de Finanças tal já acontece. Neste mundo de titãs, o dean sabe até onde quer ir, mas não consegue dizer até onde o poderá fazer. “Este é realmente um mercado muito competitivo – explica – Todas as escolas estão a fazer o mesmo que nós, que é tentar subir, prepararem-se para continuarem, pelo menos, na posição onde estão, porque este é um daqueles negócios onde para continuarmos no mesmo sítio, precisamos pedalar muito e para subir ainda precisamos pedalar mais”.

Embora a meta esteja longe não a perde de vista. “Ambicionamos poder continuar a subir, pelo menos, vamos lutar por isso. Também depende do que os outros fizerem, entretanto”.

Ofélia Pinto
de Queiroz

Telles assessora ronda de dois milhões de euros da Bling Energy

Investimento ■ A empresa portuguesa de energia solar e carregamento de elétricos contou com o apoio jurídico dos advogados Ofélia Pinto de Queiroz e Delber Pinto Gomes.

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

A sociedade de advogados Telles assessorou a ronda de investimento de dois milhões de euros na startup portuguesa Bling Energy, sabe o Jornal Económico (JE). A equipa que prestou assessoria jurídica a este investimento de *venture capital* foi constituída pela advogada Ofélia Pinto de Queiroz, que é sócia da Telles desde 2023, e pelo associado Delber Pinto Gomes.

A Bling Energy, que opera no sector das energias renováveis, levantou recentemente uma ronda *seed* (inicial) que contou com a participação dos investidores iniciais – Joaquim Sér-

vulo Rodrigues, fundador da Armilar Venture Partners, e membros da família José de Mello – e de novos entrantes, como a sociedade Lince Capital, de Vasco Pereira Coutinho.

A empresa, fundada por Bernardo Fernandez, faz instalação de painéis solares por subscrição – ou seja, utiliza o modelo Netflix” para o negócio da energia fotovoltaica – e vende carregadores de carros elétricos. Com este financiamento, pretende lançar outros produtos e serviços no mercado, como uma bomba de calor para aquecer as casas, e duplicar a equipa para 20 trabalhadores.

Sobre a empresa que recebeu investimento, Vasco de Mello e Joaquim Sér-

vulo Rodrigues, fundador da Armilar Venture Partners, e membros da família José de Mello – e de novos entrantes, como a sociedade Lince Capital, de Vasco Pereira Coutinho. A empresa, fundada por Bernardo Fernandez, faz instalação de painéis solares por subscrição – ou seja, utiliza o modelo Netflix” para o negócio da energia fotovoltaica – e vende carregadores de carros elétricos. Com este financiamento, pretende lançar outros produtos e serviços no mercado, como uma bomba de calor para aquecer as casas, e duplicar a equipa para 20 trabalhadores. Sobre a empresa que recebeu investimento, Vasco de Mello e Joaquim Sér-

Quem é a equipa de advogados?

Ofélia Pinto de Queiroz (na fotografia) entrou na sociedade de

advogados Telles no ano passado, após transitar da CS Associados onde era consultora (of counsel) e responsável pela área de capital de risco. Antes de entrar na CS Associados, em 2009, foi associada e associada sénior na PLMJ, onde esteve durante quase uma década.

Delber Pinto Gomes, vice-presidente da direção regional do Porto da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses (ANJAP), é associado na Telles desde 2019, sendo que nos cinco anos anteriores havia trabalhado na Sousa Batista & Associados com o mesmo cargo. Antes dessa etapa no percurso profissional, fez dois estágios (RSA Advogados e Cerejeira Namora Marinho Falcão).

Breves

Morais Leitão inaugura auditório no Porto

Conferência ■ A Moraes Leitão vai inaugurar o novo auditório no escritório do Porto com um colóquio sobre Direito Penal, no próximo dia 17 de outubro. O encontro é promovido pela área de Criminal, Contraordenacional e Compliance e pelo IIMG.

20

Número de novos associados da Abreu Advogados e da SRS Legal ■ Esta semana as duas sociedades anunciaram a promoção de uma série de advogados estagiários ao cargo de associados: 14 e seis, respetivamente. Em causa está o término dos estágios.

Uría Menéndez assessora ECS Capital

Turismo ■ A sociedade de advogados Uría Menéndez apoiou a ECS Capital na venda do Hotel do Caracol ao Property Core Real Estate Fund, gerido pela Square. Francisco da Cunha Ferreira, sócio da área de Imobiliário, liderou a equipa.

Neves de Almeida contrata Tiago Almeida

RH ■ A Neves de Almeida HR Consulting integrou um novo responsável para as áreas de Executive Search & Recruitment. Tiago Almeida junta-se à empresa após 18 anos em consultoras e multinacionais.

“A estabilidade de preços deve ser uma preocupação de todos os agentes económicos”

BNA ■ Em Junho de 2023, foi confiada a Manuel Tiago Dias a responsabilidade de liderar o Banco Nacional de Angola, com a principal missão de garantir a estabilidade de preços e assegurar a preservação do valor da moeda angolana, o kwanza.

Francisco de Andrade

geral@forbesafricalusofona.com

Garantir a estabilidade de preços, de forma a assegurar a preservação do valor da moeda angolana, o kwanza, assim como a estabilidade do sistema financeiro, são das principais missões do Banco Nacional de Angola (BNA), que assume ainda a visão de ser o precursor da modernização do sistema financeiro angolano.

A responsabilidade de materializar estas e outras ações foi confiada, desde 16 de junho de 2023, a Manuel António Tiago Dias, depois de ter sido proposto pelo presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, e confirmado pela Assembleia Nacional, em substituição de José de Lima Massano, entretanto nomeado, na véspera, ministro de Estado para a Coordenação Económica.

Ao ser empossado, já numa conjuntura económica internacional adversa, o novo inquilino do ‘castelo da marginal de Luanda’ apontou como prioridades à frente do BNA a estabilização do mercado cambial e a redução da taxa de inflação nacional a um dígito para níveis abaixo dos 7%, conforme recomenda a convergência macroeconómica da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Pouco mais de um ano depois de ter assumido a posição, o homem forte de um dos órgãos reguladores do mercado financeiro angolano aborda a visão geral que o BNA tem sobre a situação financeira do país e o seu posicionamento em relação às várias preocupações dos cida-



Manuel Tiago Dias, governador do Banco Nacional de Angola

O novo inquilino do ‘castelo da marginal de Luanda’ apontou como prioridades à frente do BNA a estabilização do mercado cambial e a redução da taxa de inflação nacional a um dígito para níveis abaixo dos 7%

dãos e das empresas, ligadas sobretudo à estabilização da moeda nacional e à subida galopante da inflação.

Embora existam a nível do sistema financeiro do país outras duas instituições de supervisão – a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) –, de acordo com a lei das instituições financeiras, o papel preponderante em termos de estabilidade do

sistema financeiro nacional recai no Banco Nacional de Angola.

“Existe um fórum chamado Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro, do qual fazem parte três instituições [BNA, CMC e ARSEG] e que é presidido pelo Banco Nacional de Angola, e, naturalmente, olham para todas as instituições financeiras que operam no nosso país no sentido de assegurar a maior estabilidade possível”, diz Manuel Tiago Dias.

Assumindo como principal missão a estabilidade dos preços na economia, diz o governador, todas as acções do BNA no dia-a-dia concentram-se essencialmente na tomada de um conjunto de medidas que levem no curto/médio prazo ao alcance desse desiderato que se reflectirá em preços baixos. “Para tal, nós temos um Comité de Política Monetária, que é um dos órgãos do BNA estabelecidos pela própria lei e que toma todas as medidas relacionadas com a política monetária. Por outro lado, ao nível dos órgãos, temos também um Comité de Estabilidade Financeira, um órgão interno nosso que tem a responsabilidade de olhar pela estabilidade do sistema financeiro, particularmente ao nível das instituições por si supervisionadas”, indica.

Tiago Dias avança que têm estado a trabalhar com os bancos comerciais, enquanto principais parceiros, no sentido de prover recursos, principalmente para os setores prioritários, que são aqueles que se dedicam à produção de bens essenciais de consumo, para que efectivamente a oferta dos mesmos possa contribuir para a estabilidade dos preços na economia. Por outro lado, diz esta-

rem a trabalhar também com o Executivo, em termos de coordenação de políticas, para que possam ser criadas as condições necessárias do lado da oferta para que se alcance a estabilidade de preços. “Nós temos estado a dizer que a estabilidade de preços não é só uma preocupação do banco central ou do Executivo, mas deve ser uma preocupação de todos os agentes económicos”, enfatiza.

E por considerar o tema da estabilidade de preços “transversal”, o banco central garante estar a interagir “bastante” com os operadores económicos, principalmente aqueles que produzem bens essenciais de consumo, assim como outros que no fundo têm também responsabilidades ao nível da cadeia de distribuição desses mesmos bens, com base no trabalho que tem estado a ser feito, quer do lado da oferta, no sentido do aumento dum maior disponibilidade de bens. E, por outro lado, actuando no controlo da liquidez na economia, sendo esta última uma responsabilidade exclusiva do BNA.

Apesar de considerar que os bancos desempenham um papel crucial no financiamento da economia, Manuel Tiago Dias corrobora com a ideia de que a actividade comercial dos bancos ainda não corresponde às expectativas do país. “Ainda não é totalmente satisfatória, porque nós constatamos que o essencial dos proveitos dos bancos comerciais provém do financiamento ao Governo, por um lado, e, por outro, das operações cambiais”, diz. Para o governador, o ideal seria que o essencial dos proveitos dos bancos tivesse origem na concessão de financiamento à economia.



Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, Otacílio Soares, aponta setores que constituem oportunidades

Investimento brasileiro em Portugal tem muita margem para crescer

Negócios ■ Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira identifica setores tecnológicos e a inovação como oportunidades e destaca vantagem portuguesa de ser uma porta aberta para o mercado europeu.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O Brasil está no topo dos 10 maiores países originários de investimento direto estrangeiro em Portugal, registando um crescimento de 10% no ano passado, face a 2022, para um total acumulado de 5,3 mil milhões de euros, segundo dados da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, mas há margem para continuar a crescer.

“Há espaço para crescimento em diversas áreas”, diz ao Jornal Económico (JE) o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira (CCILB), Otacílio Soares. “Setores como tecnologia e inovação, energias renováveis – particularmente solar e eólica –, turismo, saúde e bem-

-estar, infraestrutura e serviços financeiros têm potencial para expansão”, diz, acrescentando, ainda, que “as startups e as áreas de transformação digital e e-commerce podem criar novas oportunidades” para investidores brasileiros. “A crescente digitalização da economia portuguesa, aliada a incentivos fiscais e políticas amigáveis aos negócios, tornam essas áreas muito promissoras”, afirma.

A CCILB tem como objetivo promover, fomentar e apoiar as relações económicas, comerciais, culturais e tecnológicas entre os dois países, criando uma rede de oportunidades de negócio.

A relação económica com Portugal permite aos empresários e às empresas brasileiras aceder ao mercado europeu, o maior do mundo, com 449 milhões de con-

sumidores. “Portugal tem, de facto, atuado como uma ponte para a entrada de empresas brasileiras na União Europeia”, diz Otacílio Soares, que dá como exemplo o grupo Stefanini, uma empresa brasileira de tecnologia e consultoria, que expandiu as suas operações para Portugal e, a partir daí, avançou para o mercado europeu. “A Stefani-

“O mercado brasileiro em Portugal representa uma oportunidade para as empresas brasileiras, especialmente nos setores de alimentos, cultura e serviços financeiros”, diz Otacílio Soares

ni utiliza Portugal como base estratégica para suas operações europeias, beneficiando-se da localização e da infraestrutura favorável do país para aceder a outros mercados da UE”. A Embraer é outro exemplo.

As duas empresas foram distinguidas na cerimónia “Os Melhores de 2023”, realizada ontem, quinta-feira, 12 de setembro, em que foram entregues os prémios “Aproxima Portugal – Brasil” pela ação de personalidades impulsionadoras da cooperação luso-brasileira em 12 categorias, em 2023.

Além de Marco Stefanini, do Grupo Stefanini, e de Francisco Gomes Neto, da OGMA do Grupo Embraer, foi distinguido também o Estado de Minas Gerais. Igualmente Jorge de Melo, da Sovena; Paula Amorim, da Galp; e Jorge Rebelo de Almeida, do Vila Galé, um dos maiores investidores turísticos no Brasil. Também Miguel Setas, do Grupo CCR; Rijarda Aristóteles, do Clube Mulheres de Negócios em Língua Portuguesa; Nuno Guedes Vaz Pires, da blue Travel, Gula e Revista de Vinhos; e Rubens Menin, da Menin Estates. Finalmente, Luís Faro Ramos e Raimundo Carreiro, embaixadores de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal, respetivamente.

“Com a realização de eventos como o Prémio Aproxima, a câmara reforça a sua missão de aproximar ainda mais os empresários e investidores dos dois lados do Atlântico”, diz Soares.

Breves

Tráfego nos aeroportos sobe 2,6% em julho

Turismo ■ Foram 7,2 milhões de passageiros a passar nos aeroportos nacionais em julho, o que representa uma subida acumulada desde o início do ano de 4,7%, de acordo com o INE. Em termos de voos, foram 25 mil ligações a passar por Portugal.

6%

Têxtil ■ As exportações nacionais do sector têxtil e do vestuário recuaram 6% em termos homólogos nos primeiros sete meses do ano, caindo para 3.376 milhões de euros. Ainda assim, olhando apenas para julho, as vendas ao exterior até subiram 3% em termos homólogos.

Angola com 6,4 milhões de euros de dividendos

Angola ■ O ano passado trouxe 6,5 mil milhões de kwanzas (6,4 milhões de euros) em dividendos do sector público, ou seja, um disparo de 197,8% em relação a 2022, mas com gastos de 207,5 mil milhões de kwanzas (204,8 milhões de euros).

Moçambique e Vietname firmam cooperação

Acordo ■ O presidente moçambicano, Filipe Nyusi, considera a assinatura de dois memorandos de entendimento um “passo importante” no fortalecimento da cooperação entre os dois países. Foco estará nos recursos minerais, energia e aquacultura.

Kamala Harris prepara mudanças na forma com aborda os temas económicos

Presidenciais ■ Foi desde a primeira hora o seu problema mais óbvio - e isso também ficou evidente no debate com Donald Trump. A intenção é esbater o lado mais esquerdista da candidata democrata para não assustar os indecisos.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

A candidata democrata às presidenciais norte-americanas, Kamala Harris, consolidou a sua posição de liderança nas sondagens, na sequência do bom desempenho (63% dos espetadores atribuíram-lhe a vitória) conseguido no debate com o seu opositor, o republicano Donald Trump. O site Fivethirtyeight, que atualiza a média das sondagens eleitorais, atribui-lhe uma vantagem de 2,7 pontos porcen-

tuais e a liderança em alguns dos Estados mais importantes. Mas, segundo adiantam fontes da sua candidatura ouvidas pelos jornais norte-americanos, Kamala Harris não terá ficado satisfeita com a sua prestação nos temas ligados à economia - nem tinha razões para ficar - e aposta numa 'revisão da matéria dada'. Desde a primeira hora que a economia era apontada como a principal fraqueza de Harris, não só porque está longe de ser a sua especialidade, mas principalmente porque o seu alinhamento com de Joe Biden não era total.

Conhecedor do problema, o seu 'stuff' tratou de 'mandar calar' Kamala Harris quanto aos temas da economia - que só apareceram na convenção democrata do mês passado - para se concentrar nas questões sociais, onde a candidata está muito mais à vontade. Mas, Harris não escapou a ser confrontada por Donald Trump, que a acusou de não ter um plano para a economia, limitando-se a copiar o de Joe Biden. Kamala 'embrulhou-se' na réplica. Neste quadro, e segundo as mesmas fontes, uma das alterações que Kamala deverá pro-

duzir nas suas intervenções públicas é retirar uma relação de causa-efeito entre a subida dos impostos e o aprofundamento do 'estado social'. Paralelamente, deverá insistir no caráter multiplicador dos investimentos nas PME - exatamente o lugar onde o elevador social está disponível. **"Não interessa nada"** Quem considera que se dá atenção a mais aos debates e à sucção torrencial de notícias sobre os candidatos é o economista João Duque. Em declarações ao JE, disse ter "muitas dúvidas sobre

os efeitos disso tudo". Convenido que o eleitorado está "perante uma bolha mediática a que ninguém liga nenhuma", João Duque - que nos últimos meses tem viajado inúmeras vezes para os Estados Unidos - diz que, no dia-a-dia, encontra é uma forte inclinação para cada um manter as suas intenções de voto seja lá quais forem as notícias em circulação. "Há, aliás, estudos de opinião que dizem isso mesmo" e apontam para um 'enquistamento' das intenções de voto. "A América está-se nas tintas", conclui.

PUBLICIDADE

Health Care Summit2024

CONHEÇA O PROGRAMA

INSCRIÇÕES ABERTAS

17 de setembro
DoubleTree by Hilton Lisbon - Fontana Park
8h30 - 13h00

SAIBA MAIS



PATROCINADOR PRINCIPAL

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

PATROCINADORES

SIEMENS Healthineers

J&J Innovative Medicine

APOIO

DOUBLE TREE by Hilton

ORGANIZAÇÃO

Forbes

À procura de Minerva

Baixar o IRC?



Pedro Braz Teixeira
Economista

É mais urgente eliminar os obstáculos às intenções de investimento que já existem do que tentar atrair novo investimento com a redução do IRC.

Na discussão da diminuição da taxa de IRC será útil começar por hierarquizar as questões. Como objectivo final temos o aumento do nível de vida da população em geral, que se assemelha a um aumento generalizado de salários. Um dos objectivos intermédios para alcançar o objectivo final é o aumento do investimento e, finalmente, um dos instrumentos para este (entre muitos outros) é a baixa do IRC.

Reforçando a ideia de que temos um défice de investimento, convém explicitar que o peso do investimento no PIB foi de apenas 18,9% em 2023, muito abaixo dos 24% que se verificavam quando crescíamos muito mais. Para além disso, o capital por trabalhador caiu 10% nos últimos oito anos, quando deveria ter subido, sendo uma das principais explicações para a estagnação dos salários.

Esclarecida a necessidade de investir mais, é importante distinguir dois caminhos. O primeiro será atrair novo investimento, sobretudo estrangeiro, que não acontecerá se não

concluir que é vantajoso, sobretudo em relação a localizações alternativas. A segunda via será desbloquear intenções de investimento que já existem mas que têm enfrentado os mais variados obstáculos, desde o atraso nos licenciamentos, aprovação de apoios públicos, etc.

A diminuição do IRC é importante no primeiro daqueles caminhos, mas quase irrelevante no segundo. Para além disso, se esta queda da taxa de imposto não for politicamente consensual, não convence os investidores e não atrairá novo investimento. Correr-se-ia o risco de ter o custo da diminuição de receita fiscal sem o benefício de aumentar o investimento e o PIB, o pior resultado possível.

Em relação ao segundo caso, destaco dois exemplos de bloqueios no investimento: energia verde e habitação. Não vale a pena gastar tempo a explicar a importância, nacional e comunitária, da transição energética. No caso das renováveis vivemos no cúmulo do absurdo: há subsídios públicos para a estimular, mas há investidores com projectos que chegam a esperar quase dois anos pela aprovação.

Vivemos há demasiado tempo uma crise na habitação e necessitamos, no mínimo, de construir cerca de 50 mil fogos (novos e renovados) por ano. Em 2023, nem atingimos metade deste mínimo, pelo que não admira que esta crise se continue a agravar. É urgente eliminar as barreiras a um muito maior investimento no alojamento.

Pensar a Economia

A inconstitucionalidade da supervisão na Ordem dos Advogados



António Jaime Martins*
Advogado

O Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA) foi recentemente alterado pela Lei n.º 6/2024, de 19.01., prevendo a integração de membros não inscritos na Ordem em órgãos com competências disciplinares (Conselho Superior e Deontologias). Além disso, é também criado o Conselho de Supervisão, com uma maioria de membros não advogados. Os membros do Conselho de Supervisão são eleitos periodicamente, por sufrágio universal, direto e secreto, sendo o órgão composto por seis advogados, seis membros de estabelecimentos de ensino superior não inscritos e três membros cooptados por maioria absoluta dos doze membros eleitos, sendo o presidente escolhido entre os membros não inscritos na associação. O órgão de supervisão possui amplas

competências, incluindo aprovar regulamentos de estágio, supervisionar a atividade disciplinar do Conselho Superior e dos Conselhos de Deontologia e fiscalizar a legalidade das atividades dos órgãos da Ordem. As competências atribuídas ao Conselho de Supervisão são manifestamente excessivas e esvaziam de forma inadmissível os poderes do Bastonário e do Conselho Geral, comprometendo seriamente a autonomia e independência daqueles órgãos e dos demais. A supervisão prevista na alteração ao Estatuto não se conforma com o disposto no artigo 267.º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa, que garante a organização interna democrática das associações públicas. A escolha democrática dos membros dos órgãos da Ordem só pode ser feita por advogados inscritos que reconhecem nos seus pares as qualidades necessárias para o exercício dos cargos, não devendo ser escolhidos para tais cargos membros não inscritos de outras profissões, os quais nada dizem aos advogados e que não estão familiarizados com o exercício da profissão e com os seus valores axiológicos. Para mais, quando os membros não

inscritos não são sequer sujeitos ao mesmo escrutínio de idoneidade ou experiência profissional que os eleitos inscritos na associação. Assim, desde logo, a designação do presidente não submetida a sufrágio dos associados, compromete sobremaneira a sua legitimidade democrática e o facto de 60% dos membros do Conselho de Supervisão não serem inscritos na Ordem, faz com que a supervisão da legalidade dos órgãos eleitos seja controlada por uma maioria externa. Ora, tudo isto afronta claramente os princípios da autonomia e da independência da Ordem dos Advogados, previstos nos artigos 1.º, n.º 2 e 3.º do Estatuto. Não admira por isso que a maioria dos profissionais inscritos seja contra esta supervisão, esperando que a OA resista a eleger uma supervisão deste jaez, pugnando junto do poder legislativo pela sua revogação ou por mitigar os seus poderes e alterar a sua composição, garantindo que a maioria dos membros e o seu presidente sejam advogados inscritos, eleitos por sufrágio.

* ATMJ – Sociedade de Advogados

FICHA TÉCNICA

Publicado às sexta-feiras. **Propriedade** – Media9Par, S.A.. Registo na ERCS nº 224087. NIPC 517031558. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** – Emerald Media Corporation (70,4%) e Emerald Europe (24,9%) N.º ERC 124955. **Administração** – José Carlos Lourenço (CEO), Cristiana de Nóbrega (Administradora) e Raúl Bragança Neto (Administrador). **Conselheiro Editorial** – Fernando Esteves **Estatuto Editorial** em www.jornaleconomico.pt N.º de Depósito Legal: 245365/06 - **Sede do Editor e redação** Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74, 2740-122 Porto Salvo. Tel. 217 655 300. **Diretor Interino do Jornal Económico** – Ricardo Santos Ferreira. **Subdiretora** – Lígia Simões. **Redator Principal** – André Cabrita Mendes **Grande Repórter** – Maria Teixeira Alves. **Redação** – Almerinda Romeira, Ana Pina (coordenadora de Opinião), António Freitas de Sousa (delegado no Porto), Bianca Marques, Inês Pinto Miguel (coordenadora do Online), Inês Amado, Inês Correia Botelho, Mariana Bandeira (coordenadora de Empresas), Nuno Braga (coordenador Online), João Barros, José Carlos Lourinho (editor do Online e Multimédia), Rita Atalaia, Rodolfo Alexandre Reis e Tomás Gonçalves Pereira **Lusofonia** – Nilza Rodrigues (diretora da Forbes), Pedro Mbinza **Económico Madeira** – Ruben Pires. **Paginação** – Rute Marcelino (coordenadora), Gonçalo Sena (coordenador) e Fábio Gomes (tratamento de imagem) **Fotografia** – Cristina Bernardo. **Audiovisuais** – Shinara Rianner, Luís Gomes e Tatiana Belmar da Costa **Inovação e Marketing** – Joel Saraiva e Pedro Brando. **Informática** – Ivan Ramos. **Área Comercial** – Rui Nunes (Head of Digital & New Projects), Manuel Geraldes (Head of Digital & New Projects), Filipa Avillez (Head of Branded Content & Events), Ana Catarino, Cristina Marques, Elsa Soares, Isabel Silva e José Seabra Duque **Conferências** – Ana Miranda. **Recepção** – Maria Agostinho **Assinaturas** – Adelaide Agostinho. **Produção e Circulação** – Carlos Martins **Área Financeira** – Florbela Rodrigues e Mariana Pinto. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp - Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Aqualva, Cacém. **Contacto para apoio ao Assinante** – assinaturas@jornaleconomico.pt **Tiragem** – 10 mil exemplares. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem prévia autorização do editor.

O ritmo das mudanças

OE2025: ideologia do bom senso?



Rosália Amorim
Comentadora

Um orçamento aprovado é como o código postal, ou seja, meio caminho andado para a estabilidade económica e política de que o mercado precisa. De momento, o país vive uma forte guerra ideológica, entre esquerda e direita, com argumentos extremados que em nada vão contribuir para o desenvolvimento.

O exemplo mais claro dessa luta é o IRC. A direita argumenta com a criação de condições de

mercado para a competitividade; a esquerda atira que a direita quer privilegiar os ricos. No meio de tudo isto, faz falta a ideologia do bom senso.

A competitividade da economia nacional não é de esquerda nem de direita; são números e factores de crescimento. A atracção de investimento directo estrangeiro - ranking no qual Portugal tem pontuado no top 10 europeu - não é de esquerda nem de direita; são factores de atracção e custos de contexto que pesam na equação do crescimento.

No quadro macro-económico, que acompanhará a proposta do OE para 2025, o crescimento nacional já foi revisto de 2,2% para 2%.

Para vários economistas continua a ser uma perspectiva optimista; para outros é suficientemente prudente para contemplar

maiores agitações neste tabuleiro de xadrez. Outro grande desafio está do lado da receita e da despesa. A previsão do Executivo aponta para a despesa a crescer 8% em 2024 e 4,5% em 2025 e um encaixe fiscal a crescer entre 4% e 4,5%, no próximo ano.

O quadro macroeconómico não é um exercício gratuito de futurologia; tem de ser sempre ajustado à evolução de variáveis da economia mundial e só é válido se na sua base estiverem políticas públicas capazes de validar essas previsões. É por isso que recorro a frase "It's the economy, stupid" proferida James Carville, em 1992, estratega e marketeer da campanha presidencial de Bill Clinton contra George H.W. Bush, presidente dos Estados Unidos à época. Estas palavras

mantêm toda a atualidade em ante-véspera de novas eleições nos Estados Unidos, marcada para em Novembro, em que vamos assistir ao duelo Trump - Kamala.

Em simultâneo, na Europa temos vindo a assistir ao desacelerar das principais economias e essa tendência tenderá a acentuar-se. Portanto, o enquadramento global já é suficientemente difícil, ainda mais com duas guerras (na Europa e no Médio Oriente) sem sinal de dar tréguas. Por tudo isto, e com bom senso, o que Portugal precisa é de um entendimento entre os partidos em prol da aprovação do Orçamento do Estado para 2025 e de uma ideologia do bom senso que traga estabilidade ao tabuleiro de xadrez demasiado agitado para uma pequena economia aberta como a portuguesa.

Pensar a Economia

Um novo factor de desenvolvimento económico



António Rebelo de Sousa
Prof. Catedrático da Univ. Lusíada,
Membro da Direcção da Ordem dos Economistas

Durante muito tempo considerou-se a política cambial um mero instrumento de política macroeconómica, destinado, essencialmente, a combater os desequilíbrios externos e, secundariamente, a atenuar a componente importada da inflação.

Todavia, sobretudo nas economias em vias de desenvolvimento, chegou-se à conclusão de que o rompimento do "círculo vicioso da pobreza" passa, em larga medida, pelo investimento alógeno e que este depende, por sua vez, da componente psicológica do investimento.

Ora, uma política orientada para a estabilidade cambial cria condições propiciadoras de uma efetiva convertibilidade da moeda, influenciando positivamente a componente psicológica do investimento e possibilitando o rompimento do "círculo vicioso da pobreza".

Tal significa que uma política assente no primado da estabilidade cambial (face aos principais parceiros comerciais) poderá conduzir a um maior ímpeto desenvolvimentista.

Daí que se apresente redutor reconduzir a política cambial a um mero instrumento de política macroeconómica de natureza conjuntural.

Em determinadas circunstâncias, a política cambial poderá converter-se em fator de desenvolvimento económico.

Foi o que, por exemplo, aconteceu em Cabo Verde com a negociação de um Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, o qual foi, posteriormente, alargado, por forma a permitir que se estabelecesse um "peg" do escudo cabo-verdiano ao euro.

Do que se disse resulta a relevância da política cambial para uma conceção integrada e integradora de desenvolvimento económico. Nem mais, nem menos...

Fora do Quadrado

Lifelong learning: aprender a vida toda!



Carolina Afonso
Professora Universitária ISEG

Longe vão os tempos em que uma licenciatura era o suficiente para garantir um "lugar ao sol" no mercado de trabalho. Hoje em dia as necessidades de formação ao longo da vida são uma constante.

O relatório Future of Jobs 2023 (WEF) estima que 44% das competências dos colaboradores terão de ser atualizadas até 2027, o que sublinha a importância crescente do reskilling e upskilling. Estes

conceitos, que envolvem a aquisição de novas competências e a melhoria de capacidades existentes, tornam-se fundamentais num mercado de trabalho em constante mudança. No entanto, apenas 36% dos trabalhadores acreditam que as suas empresas estão a investir adequadamente no seu desenvolvimento, segundo um estudo da Adecco.

Neste cenário, o conceito de lifelong learning (aprendizagem ao longo da vida) ganha destaque como uma estratégia crucial para enfrentar os desafios da evolução tecnológica. A OCDE sublinha que, com o avanço da tecnologia e a automação a reformular os modelos de trabalho, é essencial que os profissionais adotem uma abordagem de aprendizagem contínua, adquirindo e melhorando competências ao longo de toda a carreira.

A literacia digital é um

exemplo claro da necessidade de lifelong learning. Não basta apenas dominar ferramentas tecnológicas; é vital ser capaz de navegar num ambiente digital saturado de informações e distinguir entre fontes fiáveis e desinformação. A OCDE também aponta que, entre 2019 e 2022, as competências em áreas como inteligência artificial, automação e análise de dados registaram um crescimento significativo, evidenciando a procura por profissionais preparados para este ambiente digital cada vez mais complexo.

O reskilling e upskilling integram-se num ciclo de aprendizagem contínua, especialmente num momento em que a automação e a IA substituem tarefas rotineiras. A capacidade de adaptação torna-se essencial, e muitos colaboradores têm procurado formação fora das suas empresas. Um estudo da

Randstad revela que 57% investe na própria formação porque sentem que as empresas não proporcionam os recursos adequados para o seu desenvolvimento.

Concluindo, o lifelong learning não é apenas uma resposta às mudanças tecnológicas, mas uma estratégia essencial para garantir a resiliência dos profissionais num mercado global em rápida transformação. Promover a aprendizagem contínua fortalece a empregabilidade, garante a relevância das competências e permite uma rápida adaptação às exigências futuras do trabalho.

Termino com uma frase de um professor meu que dizia: "uma licenciatura é apenas uma licença para aprender". Acrescentaria apenas uma vírgula à frase: uma licenciatura é apenas uma licença para aprender, vida fora!

A fechar

Fisco alerta para novo email fraudulento

Fraude ■ Um novo email fraudulento está a ser enviado a alguns contribuintes para acederem a “informações complementares relativas às suas obrigações fiscais”, com a Autoridade Tributária e Aduaneira a alertar para “em caso algum” se carregar no link sugerido.

Vista Alegre elegeu representante de Cristiano Ronaldo

Empresas ■ A Vista Alegre reuniu-se esta quinta-feira em Assembleia Geral, tendo deliberado alargar o board os atuais 14 para 15 elementos para integrar Tiago Craveiro, o consultor estratégico da CR7, empresa através da qual Cristiano Ronaldo adquiriu uma participação de 10% na VA.

Ex-dirigentes da Parpública e Inapa ouvidos na AR

Audição ■ Após da falência da Inapa, os deputados aprovaram esta quinta-feira por unanimidade um requerimento do Chega para ouvir os ex-presidentes da Parpública, José Realinho de Matos, e da Inapa, Frederico Lupi, e também o secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, João Silva Lopes.

Pessoal não docente faz greve a 4 de outubro

Educação ■ Com o objetivo de exigir melhores condições de trabalho, o pessoal não docente vai fazer uma greve nacional a 4 de outubro que pode encerrar as escolas. Governo ainda pode impedir paralisação, diz Federação Nacional dos Sindicatos e Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.

O DECISOR DA SEMANA

Nuno Santana: “A Comporta é um destino incrível mas pode levar três, dez ou 20 anos a crescer”



Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

Nuno Santana é conhecido pela sua sensibilidade para escolher destinos que se transformam em verdadeiros “spots” e a Comporta entrou no seu radar. Abriu o Praia na Comporta em parceria com Philippe Starck, que esteve neste Verão aberto junto à Praia do Pego, com jantares ao som do DJ Adriano Magone.

Mas o gestor e empresário, em entrevista ao Jornal Económico (que será publicada na íntegra na próxima terça-feira), reconhece que, apesar de a Comporta ser “um destino de excelência, um destino incrível com uma boa pool de investidores internacionais e que se está a vender muito bem lá fora”, ainda tem de crescer. “A grande dúvida é se a Comporta vai demorar três, 10 ou 20 anos a crescer”.

Nuno Santana explica que “faltam projetos de hotelaria acessíveis para os millennials e



são eles muito o nosso público”. Isto para dizer que “sobre o Praia da Comporta não temos qualquer decisão tomada ainda”.

“Eu podia desenvolver o tema Comporta durante duas horas. Acho que ainda falta massa crítica à Comporta para o nosso tipo de produto e experiência. Se falta para um Sublime? Acho que não”. Nuno Santana explica que “o luxury tem uma dinâmica muito própria, ou seja, quando estamos a falar de um destino high-end temos de ter em

conta que este tipo de público também gosta de eventos sociais e diversidade e muitos dos projetos imobiliários que estão a ser desenvolvidos, neste momento, na Comporta estão a ser pensados para um formato auto-suficiente, nas áreas de lazer, restauração e entretenimento”.

O Grupo Praia – que tem três sócios com posições equiparadas (Nuno Santana, João Arnaut e Francisco Spínola) e ainda Tomás Froes e o Sebastião Pinto Ribeiro – prepara-se para abrir

um novo restaurante, que ainda não tem nome, na Marina de Oeiras, onde prevê investir 2,5 milhões de euros.

No Grupo Praia “crescemos, no ano passado 8% e este ano estamos com um crescimento na mesma linha, devemos fechar o ano com cerca de 14 milhões de euros de faturação”. Para o qual Praia na Villa (em Vilamoura) deu um contributo. Em Lisboa, “no Praia no Parque acabámos de inaugurar uma nova esplanada”, adianta.

Nuno Santana – o gestor empresário que lidera a NIU, empresa por detrás de grandes eventos em Portugal que faz 30 anos este ano – é conhecido pela sua paixão pelo “get together” e tem um toque de Midas para transformar qualquer restaurante num verdadeiro “spot” e para ativar marcas. O Grupo Praia é fruto dessa paixão pela experiência de criar ambientes e juntar pessoas.

O empresário que confessa ter uma grande preocupação com o bem estar e saúde mental, box, e diverte-se ainda a ser DJ nos seus restaurantes. Com 50 anos é casado com Mariana Patrocínio e já entrou para a categoria da família numerosa porque entre os filhos de um de outro são cinco.

Ponto final

O passado que nos persegue



André Macedo
Comentador

O país entrou em bancarrota no início da década passada e tem vivido os últimos anos a lamber as feridas desse período catastrófico. Na verdade, a expressão mais certa talvez não seja lamber as feridas. O que fizemos foi apenas o inevitável: observar todos os dias a destruição económica, estrutural e social desse período traumático da nossa vida coletiva.

É verdade que em apenas quatro anos conseguimos o quase milagre de sair da alçada da troika, o que não era de todo certo tendo em conta a montanha de dívida pública e privada que tínhamos acumulado. No entanto, ficou por fazer o resto. Depois do brutal aumento dos impostos, depois da reestruturação a martelo do setor público – quem disser que faria melhor do que Passos Coelho não tem noção do grau de dificuldade da tarefa –, competia-nos mudar a sério.

Não foi o que aconteceu. O crescimento do turismo caiu-nos no colo e trouxe pessoas, dinheiro e oportunidades novas, uma magnífica dádiva dos céus. No entanto, este filão permitiu-nos também fintar a urgente obrigação de mudarmos de vida. A fuga de Vale de Judeus, dias depois do miserável assalto ao MAI, pôs outra vez à vista a nossa extrema fragilidade. As áreas de soberania estão um caco, o que muito satisfaz a trupe oportunista do Chega; a justiça vacila de caso para caso, ao sabor dos populistas e oportunistas; e os mais diversos serviços públicos, com honrosas exceções, fazem das tripas coração para dar alguma resposta.

A verdade é que os anos de António Costa deixaram no ar o cheiro acre da desilusão. Foi tudo muito poucoquinho. Houve muita política-partidária e poucas políticas públicas transformadoras. Terá Montegro capacidade e força para evitar os erros do passado recente e mais longínquo?